

## Entrevista com o professor José Sérgio Leite Lopes

Concedida a Roberta Novaes e Maya Valeriano<sup>1</sup>

*José Sergio Leite Lopes é Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem trabalhado há quarenta anos na temática da cultura das classes trabalhadoras no Brasil. Nos últimos anos tem centrado seus estudos em temáticas envolvendo trabalho, esportes, meio ambiente, conflito social e participação pública, além de estar envolvido em projetos sobre memória operária e memória camponesa.*

*Após diplomar-se em Economia pela Universidade de Paris (1968) e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1969), ele prosseguiu seus estudos pós-graduados em Antropologia Social no Museu Nacional (UFRJ) obtendo seu grau de Mestre em 1975 e o de Doutor em 1986. Entre 1988 e 1990, foi pesquisador visitante, em período de pós-doutorado, no Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris (EHESS). Em uma segunda missão no exterior, entre 1997 e 1999, desenvolveu como pesquisador associado ao Centre de Recherches du Brésil Contemporain da EHESS uma pesquisa sobre a história do futebol no Brasil. Entre 2003 e 2005 desenvolveu atividades como pesquisador e professor visitante na Universidade Federal de Pernambuco.*

---

<sup>1</sup> Entrevista de 2 horas e 30 minutos de duração feita no dia 29 de outubro de 2010, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro,

*Sua pesquisa de mestrado sobre os trabalhadores industriais do açúcar no Nordeste brasileiro foi publicada como livro em 1976, sob o título O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar. Sua pesquisa de doutorado sobre a história social de um grupo de trabalhadores numa vila operária têxtil foi publicada em 1988 sob o título: A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés. Ele também organizou livros como Mudança social no Nordeste, a reprodução da subordinação (1979), Cultura e identidade operária (1987), e A “ambientalização” dos conflitos sociais; participação e controle público da poluição industrial (2004) e tem publicado inúmeros artigos em revistas brasileiras e internacionais e capítulos de livros sobre esses temas e também sobre esportes e em particular o futebol em sua relação com as classes populares no Brasil.*

*Dirigiu, em parceria com Rosilene Alvim e Celso Brandão, o documentário Tecido Memória (2008), que ganhou o prêmio Pierre Verger de Vídeos Etnográficos da Associação Brasileira de Antropologia em 2010. Baseado em sua pesquisa antropológica e historiográfica feita no doutorado, retoma para filmagem entre 2006 e 2008, abrindo espaço para que os trabalhadores têxteis de Pernambuco reconstituam sua vida cotidiana no auge do poder patronal sobre cidades e bairros industriais, narrando a saga de suas lutas por direitos sociais e melhores condições de trabalho e moradia até os anos recentes.*

*Nessa entrevista concedida à revista IDeAS José Sergio Leite Lopes nos abre a uma visão pessoal de sua trajetória acadêmica, que coincide com a consolidação da área de Antropologia do Trabalho no Rio de Janeiro e no Brasil.*

*IDeAS: Gostaríamos de agradecê-lo por ter aceitado o convite da revista dos alunos do Cpda.*

Obrigado... Eu não sei porque que me escolheram, mas... *[riso]*

*IDeAS: Só pra começar, você poderia falar de uma forma resumida um pouco sobre a sua trajetória acadêmica...*

Na pós-graduação eu fui fazer Antropologia, em 1970, no momento em que estava começando a pós-graduação em antropologia social (o mestrado do Museu Nacional começou no segundo semestre de 1968). Anteriormente eu fiz Economia na graduação. E antes fiz o secundário no colégio de aplicação da UFRJ. O ginásio e o científico, como se chamava na época. E era um colégio bastante interessante. Era uma escola de aplicação que treinava a licenciatura dos alunos da faculdade que, na época, pertencia à Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi.) da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Nesse colégio, além de muito bons professores, havia muitas atividades sob a forma extraclasse; tinha um grêmio ativo, tinha um jornal do qual eu participei, tinha um bocado de coisa. E eu estava envolvido nessas atividades, elas me atraíam.

No fim do secundário fiquei na dúvida entre Biologia, Ciências Sociais ou Economia. E aí optei por Economia, achando que a economia era o motor da sociedade, era sua base. Acho que eu tinha uma inclinação para as Ciências Sociais, mas Economia implicava um compromisso social também, e era mais científico, entre aspas. Aí comecei a fazer Economia. Fiz o vestibular para a PUC do Rio em 1966. Já tinha em mente estudar no exterior alguns anos e a PUC tinha um sistema de créditos mais flexível para revalidação quando eu voltasse. Nessa época, meu pai estava na França. Ele era professor da FNFfi no Rio, era físico, e com o golpe de 64 e o ambiente repressivo que se seguiu ele foi indiciado em um IPM (Inquérito Policial Militar) sobre o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ligado ao Ministério da Educação), e chegou a ser preso por alguns dias. Então ele aceitou um convite da Universidade de Paris e foi para a França. (Em 1967 ele voltou ao Brasil, e ficou até 1969 -- quando então ele e minha mãe, Maria Laura, matemática,

também da FNF<sub>i</sub>, partiram de novo para o exterior, para Pittsburg nos EUA e depois para Strasbourg na França; ambos foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5).

Quando eu acabei o secundário, fiz vestibular para Economia na PUC, tranquei matrícula e fiz dois anos de economia na França, em Paris, e quando eu voltei, completei na PUC, que na época a Economia pertencia à Escola de Sociologia e Política da PUC, era mais integrada com as Ciências Sociais. Terminei a graduação em 1969, e pude constatar, por essa trajetória de economia, na França e no Brasil, que a economia estava muito voltada para a economia dominante, uma economia neoclássica e keynesiana, principalmente neoclássica. O economicismo predominava e me incomodava, e vi que o meu desdobramento era na direção da área de Ciências Sociais. Presenciei o maio de 1968 na França; a passagem de uma paisagem onde ao meu redor, na Faculdade de Economia, que lá era ligada à Faculdade de Direito, só havia estudantes obcecados em passar de ano, para uma explosão política repentina. Na volta ao Brasil após terminar o segundo ano na França, que só findou em outubro de 1968, quando devia tê-lo feito em junho, devido aos acontecimentos de maio, encontrei ainda um movimento estudantil ativo, que se prolongou por 1969 na PUC, enquanto a repressão era mais forte nas universidades públicas. Na PUC, dentre os colegas que depois se profissionalizaram nas ciências sociais, encontrei com Alfredo Wagner, João Pacheco e Terri Aquino, além do Afrânio Garcia, que voltou comigo da França. Essas experiências confirmaram minhas inclinações para as Ciências Sociais.

Os mestrados que existiam na época no Rio eram na Cândido Mendes, o IUPERJ, que tinha Sociologia e Ciência Política, e aqui o Museu Nacional, em Antropologia Social. Eu não estava buscando estudar a parte de etnologia indígena, que é a área mais tradicional da antropologia, mas eu vislumbrei possibilidades através da antropologia econômica que surgia na época. Eu já tinha ouvido falar em Godelier e comecei a ler “Racionalidade e Irracionalidade na Economia” na França, que foi traduzido em seguida para o Brasil. A antropologia econômica que surgia era uma crítica à economia em geral, uma crítica à economia política, pelo lado da antropologia, pelo lado das sociedades pré-capitalistas, das sociedades não capitalistas.

Eu também sabia que tinha algumas pessoas na antropologia do Museu Nacional que eu conhecia. Por exemplo, o Gilberto Velho, eu conhecia do Colégio de Aplicação. Ele estava como aluno no mestrado do Museu e como professor assistente no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ). Ele tinha acabado a graduação no IFCS e tinha entrado como professor lá. O outro era Moacir Palmeira que eu tinha encontrado na França. Ele estava fazendo doutorado em Paris quando eu estava fazendo a graduação. E aí eu acompanhei o início da feitura da tese dele sobre a discussão das relações sociais no campo brasileiro. Sobre o debate da predominância do feudalismo ou do capitalismo no campo no Brasil, que então era importante no campo intelectual e político. O programa de Antropologia tinha atraído, tinha recrutado pessoas nas Ciências Sociais, porque não existia Antropologia na graduação, a não ser como matéria. Então havia recrutado gente da Sociologia, tanto da Federal quanto da PUC. Aí eu fiz o exame pra pós-graduação no Museu. Na época, o Roberto Cardoso era o coordenador e ele realmente era a figura central.

Tinha um professor meu na PUC, que era o Isaac Kerstenetzky. O Isaac depois foi presidente do IBGE de 72 até 77, 78. Na época ele era professor na PUC, e na Fundação Getúlio Vargas. Era um mestre, um erudito, um economista aberto às Ciências Sociais. Que lia muito os clássicos das Ciências Sociais, etc. E ele recomendou, disse: “eu estava querendo falar com você que tem o Roberto Cardoso de Oliveira, que está abrindo um mestrado em Ciências Sociais, eu vou recomendar vocês”. E ele recomendou a mim e ao Afrânio Garcia, amigo e colega meu, desde o Colégio de Aplicação, que acabou indo pra França também. O Afrânio tem uma trajetória parecida com a minha, desde o Colégio de Aplicação, passou pela Economia e acabou entrando para o Museu, junto comigo.

A gente entrou na turma de março de 1970, que talvez fosse a terceira turma do mestrado. O curso que me interessava mais de início era o de sociedades camponesas, que na época era chamado de “sociedades campesinas”. Sociedades camponesas era um nome complicado na época, meio subversivo, por causa das Ligas Camponesas, então o Roberto Cardoso, sabiamente, colocou “sociedades campesinas”, de forma espanholada, para chamar menos atenção das autoridades coatoras.

Então gradativamente fui me definindo na escolha da pesquisa para fazer a dissertação de mestrado. Acabei entrando para uma equipe que estava sendo montada pelo Moacir Palmeira sobre a *plantation* açucareira. Porque na tese dele de doutorado, essa que ele fez na França, tinha defendido há pouco tempo, em 1971 (“Latifundium et Capitalisme au Brésil; lecture critique d’un débat”), aparecia essa formação social da *plantation* como algo que aparecia para tirar essa polarização “feudalismo e capitalismo”. Esse era um debate entre os autores brasileiros tanto na História quanto na Sociologia, que vinha já desde os anos 30, 40, sobre as peculiaridades da formação social brasileira. E a formação social da *plantation* aparecia como uma coisa nova, algo que era capitalista, mas tinha características não capitalistas na organização da força de trabalho. Começava com a escravidão, mas convivia depois com o assalariamento. Essa literatura estava surgindo da Antropologia, com Sidney Mintz, e Eric Wolf. Havia também fontes históricas, Max Weber, o próprio Marx, etc. Então eles estavam estudando Porto Rico, em um projeto de pesquisa de uma Universidade americana. Julian Steward era o orientador deles. Eles estavam fazendo estudos no Caribe, Porto Rico e outras áreas, coisas sobre *plantation*.

O desdobramento dessa polarização, dessa discussão da tese do Moacir, era no sentido de estudar a *plantation* açucareira; em particular a do Nordeste, onde o Moacir já tinha interesse nessa área, também por ser originário de Alagoas. Seu projeto inicial era o estudo do banditismo social na área rural, ele tem um primeiro artigo sobre isso. Mas por falta de material bibliográfico na França, onde estava fazendo sua tese, acabou centrando sua pesquisa sobre o debate no campo intelectual sobre as relações sociais no campo (ajudado pelo material da biblioteca do Institut de l’Amerique Latine de Paris). E o desdobramento depois da tese seria estudar a *plantation* e aí cabia uma equipe para fazer o trabalho.

Nessa época eu estava fazendo o curso de mestrado, e ao mesmo tempo estava trabalhando como economista na FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos, então pertencente ao Ministério do Planejamento) que era uma agência pequena, depois aumentou bastante: depois começou a financiar pós-graduação em várias áreas, inclusive nas Ciências Sociais. Então eu trabalhava lá e fazia o curso de mestrado,

tinha licença para fazer o estudo do mestrado. Em um interregno, eu fui emprestado durante um ano, em 1971, para outra instituição, em função de um projeto de pesquisa. Havia um professor no PPGAS do Museu, que não ficou muito tempo no programa, chamado Roger Walker. Era britânico de origem, tinha estudado nos EUA e na época era casado com Neuma Aguiar, uma socióloga que trabalhava no PPGAS e depois foi para o IUPERJ e depois para a UFMG. Ela estava focalizada no nordeste, no Ceará. E o Roger Walker tinha uma formação de sociólogo proveniente da engenharia, tinha uma formação estatística. Ele propôs uma pesquisa na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que tinha um Instituto de Pesquisa anexo à FIRJAN, que na época era o Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, IDEG. E ele propôs uma pesquisa sobre formação de mão de obra, sobre a composição da força de trabalho industrial no Rio de Janeiro, a este Instituto. O Afrânio Garcia trabalhava no IDEG, mas ele preferiu permanecer no setor de estudos sobre formação profissional onde estava satisfeito, e não se interessou por esta nova pesquisa, mas me indicou.

Eu pensava que talvez, a partir dessa pesquisa, que seria para trabalhar com as estatísticas, entrevistar gerente de recrutamento de mão de obra, de recursos humanos, talvez até chegasse a entrevistar os próprios trabalhadores. Essa perspectiva me interessou, embora sabendo que naquele contexto, era um estudo feito pela Federação das Indústrias, pelo lado patronal, mas entrei. De fato a pesquisa só tinha espaço para trabalhar em cima das estatísticas, e mesmo assim forçamos a realização de entrevistas com alguns gerentes de recursos humanos. (Eu e Rosa Ribeiro da Silva, socióloga que trabalhava no projeto). A pesquisa acrescentava conhecimento por esse lado, através desses profissionais, ligados às empresas, sobre o mercado de trabalho da época. E a última etapa não deu pra fazer porque não estava no horizonte da FIRJAN ter uma pesquisa entrevistando operários, e então a pesquisa só foi até um certo ponto. Por já ter tentado começar a trabalhar com trabalhadores industriais e operários, na hora que houve uma oferta de ampliação dessa equipe do Moacir Palmeira, acabei escolhendo um objeto que tinha a ver com minha tentativa de estudo anterior.

Nessa ocasião a equipe para o estudo da *plantation* canavieira estava se formando. Moacir já estava trabalhando com a Lygia Sigaud na área canavieira, os dois tinham feito trabalho de campo, e a Lygia Sigaud tinha defendido uma dissertação de mestrado sobre os moradores canavieiros da *plantation*. O Moacir estava fazendo uma pesquisa sobre mercados, feiras, circuito de feiras nessa área da Zona da Mata – que ocupava um lugar central nas hipóteses dele de desdobramento daquela pesquisa sobre a importância da *plantation* – que esses mercados, que essas feiras ameaçavam o controle exercido pelo barracão, que era aquele armazém no interior da *plantation*. Ele acompanhava a história da *plantation*, principalmente naquele contexto da pós-escravidão, que controlava, descontava os salários, exercia um poder estratégico, por esse lado da distribuição. E aí as feiras estavam se formando e aumentando, era importante estudá-las. Outros colegas entraram na pesquisa. O Afrânio entrou trabalhando com o campesinato marginal à *plantation*, que fica na periferia da *plantation*, mas subordinado a essa grande propriedade, na Zona da Mata sul de Pernambuco; a Beatriz Heredia, colega argentina que veio estudar no mestrado, se interessou também por esse mesmo campesinato marginal, mas na Zona da Mata norte. A Marie-France Garcia, francesa, casada com o Afrânio, também vinha da Economia, e ela se interessou por uma feira que havia semanalmente no interior de uma usina. Era um caso meio discrepante, porque geralmente as usinas têm barracão, e a feira seria uma coisa oposta. E tinha também um colega argentino, Roberto Ringuelet, que estudou os trabalhadores migrantes que vêm da área do Agreste para trabalhar na safra, na área canavieira. E mais dois colegas que estudaram sindicalismo entre os trabalhadores rurais, que era a Vera Echenique e o Luis Maria Gatti, que era argentino. Esse estudo eles não concluíram. O Gatti em seguida se estabeleceu no México. A Argentina, como sabemos, estava então como nós na ditadura militar, e os argentinos estavam em diáspora, e ele acabou se estabelecendo no México. E a Vera Echenique acabou entrando como assessora da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), em meados dos anos 70, e acabou não concluindo a dissertação. Enfim, essas eram as pesquisas iniciais. E eu, como tinha feito aquela pesquisa sobre operários industriais no Rio de Janeiro, eu disse, “Ah, vou continuar por essa linha e me interessei pela parte industrial da *plantation*”, que era

uma das situações que estavam nesse leque de possibilidades, para mapear os grupos sociais que existiam no interior da *plantation*. A Lygia Sigaud estava desdobrando sua pesquisa para o doutorado (na USP) no sentido de estudar os trabalhadores clandestinos, os moradores que foram expulsos da grande propriedade, que eram chamados de clandestinos (no sul do país chamados na época de bóias-fria), eram trabalhadores volantes temporários, recrutados por um empreiteiro.

E eu comecei por aí, fiz esse campo em 1972, junto com essa equipe que se espalhou pela área canavieira. E Rosilene Alvim foi comigo. Comecei, em fins de 1970, a namorar uma colega do PPGAS, que era a Rosilene Alvim, que já estava mais adiantada, ela era da primeira turma. Ela tinha feito pesquisa, e estava redigindo a dissertação de mestrado, sobre os artesãos do ouro, que trabalhavam com jóias de ouro, em Juazeiro do Norte, na situação de pesquisa que a Neuma Aguiar estava coordenando no Ceará. Era uma produção artesanal voltada para o mercado dosromeiros que passavam, que era a população maior que circulava pela cidade, e ela trabalhou com esse artesanato. E a Rosilene veio comigo na primeira parte do meu campo, eu consegui me estabelecer em uma usina, e ela participou dessa fase. Depois ela voltou porque tinha prazo para redigir a dissertação e eu fiquei mais um tempo no campo, nessa usina. E ela já tinha mais experiência de campo e me ajudou nesse estabelecimento, entrevistas e tal, ajudou muito nessa parte (tive o privilégio de um aprendizado da etnografia na prática com uma colega mais experiente); além do que tinha uma confluência que a gente acabou verificando que existia entre a dissertação dela, que já estava adiantada, e o que estava aparecendo pra mim no campo. Os operários da manutenção das usinas se chamavam de artistas, porque tinham profissões qualificadas... torneiro, caldeireiro, serralheiro, mecânico, e se consideravam artistas. Então como ela estava vendo nos artesãos essa categoria de arte, arte industrial, ofícios, oficial, isto aparecia lá também, e nos chamou a atenção.

Eu fiz esse campo, que não foi muito longo, foi um mês que eu fiquei dentro da usina, e outro mês que eu fiquei tentando entrar. Foi angustiante a dificuldade de entrar nas usinas, essa situação complicada de você ter que pedir autorização para a direção da empresa, ter que ficar na dependência deles. Porque a vila operária é um bairro

isolado, controlado pela usina, tem que pedir às autoridades da usina pra entrar; e ao mesmo tempo, ter um acesso à confiança dos trabalhadores... Já de antemão se sabe que essa situação é tensa, complicada; e finalmente também a gente foi através do sindicato, insistimos pelo lado do sindicato.

Existia um contato da nossa equipe através do Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA, órgão governamental que fiscalizava as usinas. Então através do IAA se conseguiu uma visita coletiva para toda a equipe em uma usina. A visita coletiva que a gente fez acabou sendo na usina que eu depois estudei. Era uma usina mais favorável para a pesquisa no sentido de ter boas relações com o IAA, com os químicos, e muito depois que a gente foi perceber, de ter uns sobreviventes do governo Arraes. O próprio gerente da usina que eu estudei era sobrevivente do governo Arraes. E no IAA o superintendente regional também era. Tinha uma relação entre os químicos do IAA e os dessa usina, um entrosamento um pouco maior. Essas brechas da classe dominante que permitiam acolher, no setor privado, os derrotados pela administração estadual alijada pelo golpe militar. Nesse caso também, a dona da usina era uma mulher; era uma viúva que depois se casou novamente. Então a proprietária era uma senhora e que não era presente, ela delegou a autoridade ao gerente. E o gerente era liberal. Por outro lado, o sindicato dos trabalhadores industriais, que é separado dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Tem essa divisão, o sindicato dos operários é dos anos 40, foi fundado nos anos 40, segundo a legislação sindical e trabalhista da época. Eles eram considerados trabalhadores industriais, portanto, tendo esse estatuto dos trabalhadores urbanos, porque eram considerados industriais. E toda a parte agrícola da *plantation* estava fora dessa legislação. Então era um sindicato que a gente já sabia de antemão, eu até formulei meu projeto sem ir ao campo, sabendo que era uma parte mais privilegiada, teve acesso aos direitos anteriormente aos trabalhadores rurais, uns vinte anos antes; em termos de moradia, moravam em casas de pedra e cal, na vila operária, na cidade próxima. Enquanto os trabalhadores rurais moravam em sítios ou moravam nas cidades, em condições mais precárias. Mas havia uma comunicação entre eles, uns eram procedentes dos outros.

Vou fazer uma digressão aqui para comparar o sindicato dos operários com os sindicatos de trabalhadores rurais. Na parte rural, no caso da Lygia e do Moacir, eles tinham feito pesquisa através do sindicato dos trabalhadores rurais, foi a porta de acesso aos trabalhadores. Eles também tiveram essa dificuldade para entrar nos engenhos, de ter autorização para entrar. Então começaram a fazer pesquisa no próprio sindicato. Os trabalhadores iam lá no fim de semana e os sindicatos dos trabalhadores rurais têm essa vantagem de serem sindicatos municipais. Eles têm a sede na pequena cidade, no município. Pelo fato da escala ser menor, isso é interessante, porque tem uma influência sobre aquele conjunto e também por estar em uma cidade que é uma área livre, o sindicato sendo visto como um órgão público que qualquer pessoa pode entrar, pode ter acesso. E também descobriram, nessa situação, que alguns sindicatos de trabalhadores rurais em plenos anos 69, 70, 71, e até 72 quando eu fui, inclusive, no campo em 72, tinham paradoxalmente (devido ao auge da repressão da ditadura) uma atuação forte por direitos trabalhistas, direitos que tinham sido recém-implantados. E estavam lutando. E progressivamente eles foram vendo, Moacir e Lygia, que era uma segunda geração que substituiu uma primeira que foi perseguida. Com o golpe de 64 uma primeira geração foi presa, foi dispersa, houve intervenções nos sindicatos, e essa geração subiu e manteve a coisa. Isso era surpreendente, porque na situação de desconhecimento das coisas que se passavam, no Brasil todo, se desconhecia essa movimentação e se achava que não havia nada (Moacir tem um artigo sobre isso “Desmobilização e Conflito”, publicado na revista do CEDEC e numa coletânea nos EUA editada por Neuma Aguiar). Foi depois do AI - 5 e tudo mais, e havia uma repressão muito grande. No caso do Sindicato dos Operários Industriais, em 1964 houve intervenção, e depois houve eleições, mas a retomada do sindicato nunca chegou nem de perto à atividade dos sindicatos de trabalhadores rurais e de sua federação, a FETAPE. Isso por que os trabalhadores rurais como que conservaram o embalo da mobilização recente do início dos anos 60, que foi muito forte. E o sindicato dos operários do açúcar também participou de uma mobilização dos anos 60, mas entrou em intervenção, tinha menos tradição anterior de ser um sindicato de mobilização, tinha tradição de ser um sindicato mais conformado. Os

operários também ocupavam uma posição mais privilegiada, entre aspas, nessa estrutura toda envolvendo os trabalhadores rurais.

Então a gente, eu e Rosilene, foi frequentando o sindicato dos operários do açúcar na sua sede central pra ver o que conseguia como acesso aos trabalhadores. Além da desvantagem do acesso a um só sindicato central em Recife em comparação com a multiplicidade de sindicatos municipais dos trabalhadores rurais, há ainda o fato de que estes últimos são bem mais numerosos que os operários. Na época era mais ou menos assim: 200 mil trabalhadores na área rural e 20 mil industriais. Depois diminuiu, tanto em uma parte quanto na outra. Então havia aquela sede central em Recife e os delegados nas usinas, o que é uma estrutura frágil, os delegados mais sujeitos à administração da usina, diretamente. E os operários tendo que ir a Recife para fazer reclamações. Mas o sindicato também tinha um hospital. Conseguiu fazer um hospital, mais ou menos precário. Mas tinha um hospital próprio, além de haver o hospital dos usineiros, que até hoje sobreviveu, mas que agora pertence ao INSS. E o pequeno hospital dos trabalhadores da indústria acabou finalmente sendo desmanchado ou não se manteve. Mas na época existia isso. Então os operários vinham para essa parte hospitalar e passavam também no sindicato. Então eu comecei a fazer entrevistas no sindicato também e a consultar as queixas trabalhistas. Mas a orientação do sindicato era assim mais colaborativa com a empresa, mais acuada... Aí eu consegui fazer uma entrevista com o fundador do sindicato, que já não era tão ligado a essa direção sindical. Uma secretária antiga disse: “por que você não vai entrevistar fulano?”. Aí nós fomos, eu e a Rosilene. Ele morava em Recife, um senhor que fez a carreira na usina, foi presidente do sindicato, depois chegou a ser deputado estadual pelo PSD. Então foi uma pessoa ligada ao Agamenon Magalhães, como muitos sindicalistas de Pernambuco dessa área getulista, foram muitos do PSD, mais até do que do PTB. O PTB local era mais oscilante; às vezes se ligava à UDN, mais do que o PSD que tinha essa facção de Agamenon Magalhães que vinha da tradição getulista. E às vezes se aliava com a esquerda, no período democrático dos anos 45 a 64. Então esse senhor, Diógenes Wanderlei, foi presidente do sindicato e estava aposentado, com vontade de falar... Foi muito bom. Ele deu uma longa entrevista que nos animou. Deu uma entrevista muito grande, fomos lá duas vezes, deu umas

quatro horas de transcrição. Foi uma longa entrevista e ele deu essa visão histórica da fundação do sindicato. Há tentativas iniciais reprimidas pelos usineiros em 1919, e depois outra no início dos anos 40. E a história dele de ascensão social, através do sindicato, recuperando uma posição social mais elevada, perdida por sua família de origem, que foi proletarizada. Uma trajetória que tem outras parecidas também dentro do sindicalismo. O Diógenes Wanderlei era de uma família dominante de cidade do interior, em Triunfo, no sertão de Pernambuco. E por uma disputa política foi alijada, teve até que se mudar pro Ceará por uma disputa política local, de briga de família. Ao ir para o Ceará e depois voltar, ela se proletarizou, perdeu os recursos que tinha. E o pai começou a trabalhar como pedreiro, na construção civil e com isso chegou às usinas. E ele como ajudante. E tanto o pai como ele, mas principalmente o pai, o pai era músico, tocava em banda de música. E aí a usina acabou se interessando e recrutou. E ele tocava também um pouco, então foi recrutado. Acabou fazendo carreira e recuperando a vantagem social de origem, foi subindo na hierarquia... E também se interessou pelo sindicato, também entrou para o sindicato nessa facção política do Agamenon Magalhães. Então ele contou essa história.

Depois a gente resolveu “forçar a barra” e ir diretamente à usina. Porque o sindicato também não era receptivo para nós, não era simpático, tinha temor de que a gente fosse criar confusão, ou que a gente fosse fiscal ou de esquerda, meio perturbador, podia dar problema para eles e tinha essa desconfiança. E a gente resolveu ir direto na usina se apresentar... O delegado sindical dessa usina era irmão do presidente do sindicato. O presidente do sindicato era assim, um “macaco velho”, quer dizer, tinha talvez passado pela esquerda antes de 64, mas que ali estava sobrevivendo, então era um cara todo “maneiroso” e tal. Meio assim culpado, ao mesmo tempo... E o irmão era mais “cru”, mais novo, e ao mesmo tempo, mais representante local do que “raposa” que o irmão era. E a gente tinha conhecido ele durante aquela visita coletiva da equipe toda àquela usina, a Usina Trapiche, no município de Sirinhaém. Eu e a Rosilene nos apresentamos, ela estava lá ainda e nós fomos. Aí se criou um problema... A gente foi lá e pediu alojamento. A gente se apresentou ao delegado sindical e disse: “Olha, queremos fazer uma pesquisa aqui e tal, você poderia nos apresentar às pessoas, para conversar...” E aí na cidade de Sirinhaém (PE) não tinha

hospedaria, não tinha condições de hospedagem. A gente não tinha relação com ninguém que se oferecesse para nos alojar em casa, essas coisas. Os próprios operários como estão sujeitos ali à usina, grande parte mora na vila operária, e isso seria problemático, não seria possível. E se eu estivesse sozinho, eles iam me alojar no alojamento dos jogadores de futebol. Porque eles têm um clube, a usina tem um clube e contratava jogador de fora. Como eu estava com a Rosilene, essa solução não era possível. E ele resolveu colocar o problema para o próprio gerente. Então ele nos levou lá, o que foi bom, acho que foi interessante para nós, porque a gente entrou mediado pelo delegado... Porque a gente poderia ter ido diretamente ao gerente; porque também já o tínhamos conhecido quando ele foi o anfitrião daquela visita coletiva da equipe. Mas não queríamos justamente entrar no tipo de relação que tivemos antes ao visitar a Usina Frei Caneca através do seu patrão, uma situação, que a gente tinha vivido antes, na tentativa de entrar em uma usina. Vou falar rápido dessa experiência anterior de entrada em usina. Meu pai é de Recife, fez engenharia química lá, e ele tinha um colega químico, com o qual mantinha relações de amizade. Esse químico, universitário, tinha um genro, que era usineiro, de uma usina mais para o interior, a usina Frei Caneca, no município de Maraiá. E a gente tentou entrar mais por esse usineiro. E esse usineiro ficou nos controlando o tempo todo, ficou temeroso, e a gente viu que não dava. No máximo anotamos algumas coisas, pegamos fichas de pessoal, mas a gente viu que não dava. Então também não queríamos criar essa situação na outra usina.

A gente se apresentou para o delegado sindical e ele nos levou para o gerente, e o gerente que era mais liberal, tinha um conhecimento do que era a universidade, essa coisa toda, ele solucionou. Ele disse: “Não, vocês vão ficar na casa de um empregado, que está vazia, vocês vão ficar lá”. Que era na própria rua principal, perto da casa do gerente. E nós ficamos lá... Solucionou por esse lado, mas ele nos recebeu friamente, porque era essa situação sempre meio tensa. Mas ele entendeu a situação, e permitiu isso. Então ficamos numa “saia justa”. Porque se fosse um outro gerente ou um outro usineiro, sei lá, ia se desvencilhar de nós talvez... “Ah, porque não veio a mim?”... Então ele manteve a autoridade diante do delegado sindical, amarrou a cara, mas afinal, arranjou esse lugar. E convidava a gente para comer... Porque tem essa

situação, a gente era hóspede... Como é que ia se hospedar ali? Então ele chamava pra tomar café, as refeições eram com ele. E ao mesmo tempo, era um gerente só. Quer dizer, a família dele ficava em Recife, e ele ficava ali sozinho, fazendo algumas atividades. Era estranho também, porque a gente via que ele estava lendo o livro “Incidente em Antares”, um livro do Érico Veríssimo que na época era assim meio alusivo à situação de ditadura em que se vivia... A gente via que ele era diferente. Só depois que soubemos que o filho dele estava sendo perseguido pela repressão, enfim ele estava sendo procurado... Tinha umas histórias assim. Ele próprio tinha participado do governo Arraes anteriormente. Mas na época, a gente não sabia disso. E aí foi possível fazer a pesquisa. O delegado sindical nos apresentou a algumas pessoas e a gente foi indo nas casas das operários. E depois a Rosilene foi embora, eu fiquei lá mais um tempo, e completei as entrevistas.

Havia a intenção de voltar posteriormente para um novo campo. Mas isso não se concretizou, até por uma questão que o próprio Programa (PPGAS-MN) entrou em uma crise em 1973 e 74, um pouco depois deste campo que fizemos. O financiamento inicial do PPGAS era da Fundação Ford. Foi por cinco anos, depois eles iam acabar esse financiamento, esperando que a universidade assumisse os professores. A maioria dos professores era paga pela Ford e estava em uma situação instável. Do programa mesmo só tinha o Castro Faria, que era o chefe de departamento, professor mais antigo, o Roberto Cardoso e o Roberto Da Matta, que estava fazendo o doutorado nos Estados Unidos, e estava voltando. Voltou em 1971, por aí. E o Roberto Cardoso justamente porque ele foi preterido aqui por uma promoção... Ao invés de fazerem concurso pra titular, inventaram uma regra de antiguidade, e ele que era o mais titulado, que tinha currículo para ser titular, foi preterido por outras e outros mais antigos na casa. Por uma questão de tempo de serviço, entraram outras pessoas e tal. Então houve uma briga aqui no Museu Nacional, com outros setores e apareceu um convite para ele ir para a UnB, que estava se estruturando. O Roque Laraia, que foi discípulo dele, foi aluno dele, foi convidado para a UnB, e o Roberto Cardoso foi também e saiu daqui. Então entrou em crise tanto porque o Roberto Cardoso era o organizador inicial, quanto pelo financiamento que não ia ser renovado, a dotação da Fundação Ford. Então nós não conseguimos continuar com outras idas ao campo em seguida àquela

durante o verão de 1972. Mas teve uma consequência que a gente se mobilizou para conseguir financiamento e isso acabou tendo um desdobramento.

Aí nós fizemos o “Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste”. Que tomava por ponto de partida o projeto inicial, sobre a *plantation*, que o Moacir tinha coordenado no interior do projeto que deu origem ao PPGAS, o Projeto “Desenvolvimento Regional Comparado”, dirigido pelo Roberto Cardoso, e que abrangia estudos no Centro-Oeste e no Nordeste. Começamos então a discutir com alguns economistas do IPEA, e depois do IBGE e da FINEP. Como disse, eu trabalhava na época na FINEP, eu e o Afrânio Garcia. E nós começamos a discutir com alguns técnicos, que eram também preocupados com a questão do emprego. E já estava se esgotando essa fase mais dura pós AI-5, e isso aconteceu em 73, 74. Tinha dentro do Ministério do Planejamento alguns sobreviventes do período anterior, pré-ditadura (assim como tinha também do IAA, lá em Pernambuco, como vimos antes). Tinha também dentro dessa estrutura do Ministério do Planejamento. Um deles era o Pelúcio, o José Pelúcio Ferreira, que foi do BNDE anteriormente e que tinha trabalhado lá, desde antes de 64, no financiamento à pesquisa científica. E ele entrou como presidente da FINEP em 72, justamente foi nessa época logo posterior ao nosso trabalho de campo. Em poucos anos, ele começou a montar essa estrutura, que tinha no BNDE, ele começou a montar na FINEP. Que inicialmente a FINEP financiava projetos de pré-investimento pra empresas, estatais, coisas assim. Depois passou a financiar justamente a pós-graduação em geral. Tal financiamento começou no BNDE (na época ainda não tinha o S, de Social) com as ciências naturais; e aí as ciências sociais começaram a entrar no período da FINEP. E como a gente estava tentando fazer um projeto integrado, naquela situação toda para voltar ao campo e expandindo para alguns outros Estados, nessa conversa com esses economistas, chegamos a negociar com o Banco Mundial. Nessa época, houve até uma socióloga brasileira que estava no Banco Mundial, que o Moacir conhecia, e que se interessou por nossas pesquisas e fez uma negociação em cima de um projeto. A gente tinha um projeto, montou e negociou com eles. Mas o Banco Mundial precisava de um aval do governo brasileiro, porque eles negociam assim. E no Ministério do Planejamento, mais acima, em alguma instância que

agora eu não me lembro qual, o projeto foi barrado. Não acharam o projeto interessante, porque era algo sociológico, antropológico, não tinha o viés de um estudo econômico, barraram. Foi uma opção política. Nilson Holanda, um economista, que estava nesse posto de direção. E aí na FINEP, a gente mostrou esse projeto ao Pelúcio, ele ficou interessado. E inclusive, antes que o Banco Mundial pudesse eventualmente voltar à carga, ele puxou pra si o projeto... E a gente articulou com o IBGE, que na época era o Isaac Kerstenetzky o presidente. O IBGE também dava o seu aval, e o IPEA que também tinha alguns técnicos interessados, entre os quais Cláudio Salm. Enfim, eram uns economistas que na época estavam mais interessados nessa abordagem social da temática do emprego. Então a gente entrou com uma proposta de *situações tipo*, estudos de caso, que tem relações sociais significativas, que justificamos na parte de metodologia do projeto. Então nós íamos entrar com uma parte de metodologia qualitativa, para além das estatísticas, que não estavam captando certos fenômenos, principalmente nessa área de emprego. Propusemos essas situações qualitativas. E ficamos esperando. Saiu esse projeto no segundo semestre de 1975.

Mas aí o prazo para defesa de mestrado já estava rolando... Pelo menos eu terminei antes, com um material que eu já tinha, daquela primeira ida, e terminei em maio de 75. Já nesse novo projeto, eu apresentei uma situação que era a de fábrica com vila operária, que era um desdobramento daquela situação da usina. Tinha essa questão que era uma unidade agroindustrial, com a parte industrial, mas toda vinculada com a parte agrícola. E com essa concentração de moradia e fábrica em uma determinada área, uma necessidade de ter uma vila operária próxima. Dava pra ver por dados que se tinha, que as fábricas têxteis, importantes nessa área, assim como em várias áreas do Brasil, mas nessa área também, algumas tinham feito cidades, cidades surgiram dessas fábricas, através de vilas operárias. O caso mais evidente era o de Paulista, mas havia outras cidades também, como Moreno, Escada, que tiveram fábricas... Camaragibe, tudo isso em Pernambuco, e bairros de Recife, que também foram influenciados por esse tipo de bairro de vila operária. Eu propus isso como um próprio desdobramento da situação de usina, só que em uma área mais urbana ou suburbana. Porque ou eram bairros de Recife ou essas cidades mesmo que

aumentaram bastante a partir da vila operária original. E esse sub-projeto meu acabou entrando no projeto “Emprego e Mudança Social no Nordeste”.

O Projeto Emprego foi coordenado pelo Moacir Palmeira, com o Afrânio e eu mesmo como sub-coordenadores. Porque Afrânio e eu tínhamos essa ligação com a FINEP que acabou por ser a principal instituição a financiar o projeto. E aí o próprio PPGAS se beneficiou porque, por conta desse projeto, a FINEP se interessou pela parte do mestrado, pós-graduação em geral, e começou a financiar também a pós-graduação. Assim como eles acabaram financiando também o IUPERJ. Depois outras instituições como o CEBRAP, eles financiaram também. Era uma época de relativa abertura, 75, 76, Governo Geisel. A Maria da Conceição Tavares já estava participando como técnica lá na FINEP... O Cebrap vinha, como nós, de um financiamento da Ford, e a FINEP assumiu parte do seu financiamento (enquanto o próprio Cebrap era visado pelos setores de repressão do governo). E esse projeto, enfim, foi uma experiência importante para muitos de nós entre 75 e 77... Várias pessoas fizeram pesquisa nessa época, ou desdobraram o mestrado para o doutorado; outros fizeram o mestrado ali... E foi uma equipe grande, que ampliou a pesquisa para outros estados do nordeste, também para o Maranhão, mais pro norte, em algumas áreas, e em áreas urbanas também, com o Luís Antonio Machado e algumas pessoas. E eu e a Rosilene, que inicialmente apresentou um sub-projeto de indústria rural, ampliando o estudo anterior que tinha feito sobre artesanato, acabou, por razões estratégicas, estudando famílias operárias. Ela então estava grávida, esperando o nosso segundo filho, e o subprojeto das indústrias rurais implicava em muitos deslocamentos que não eram compatíveis com o seu estado. E então ficamos juntos nessa situação de fábrica com vila operária, em Paulista. Ela estudou a família, família operária, e eu estudei a história da cidade, a situação da vila operária em termos de poder, de relações de poder e tal.

Depois eu fui vendo que algumas dessas fábricas têxteis – o caso de Paulista talvez fosse o mais evidente neste sentido – configuravam como que uma situação de *plantation* estendida, por assim dizer... Claro que tem o fornecimento agrícola do algodão, matéria prima... Mas ao contrário do açúcar, por exemplo, não existe a concentração agro-

industrial da usina, a parte industrial perto da parte agrícola. Não tem a mesma urgência que tem de entregar a cana na usina devido à perda do teor de sacarose, tem que se virar e moer tudo ali no período da safra, há uma urgência muito grande no caso das usinas. E tem a entressafra, em que tudo se transforma. Tem os operários das oficinas, da manutenção, que são os operários principais que reconstróem tudo, e os outros viram auxiliares para não serem demitidos. E os demitidos são os serventes, os solteiros, que são demitidos, que são temporários. E os outros para ficarem fixos, se subordinam aos operários de oficina que são os profissionais.

E no algodão não, são outras áreas do sertão. E do produto, não se perde nada, ele vem empacotado em fardos... Tem de qualquer maneira esse fornecimento. E tem o recrutamento dos trabalhadores que foi no sentido campo-indústria, que essa fábrica fez, e que se assemelha ao que acontece também na usina de açúcar. Então a Rosilene trabalhou mais a transformação de famílias camponesas que vão se conformando em famílias operárias ao longo do tempo. Nós acabamos nos centrando em uma geração que estava se aposentando, ou que tinha se aposentado recentemente, e que tinham vivido, através de sua trajetória, algo como o drama social dos operários brasileiros entre os anos 40 e 70. Todos ou a grande maioria veio do campo, veio de áreas próximas de pescadores ou um campesinato mais próximo da área metropolitana, ou de áreas mais distantes do semi-árido, do agreste, do sertão. Muitos de outros Estados, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, que vieram atraídos por esse crescimento industrial dos anos 40, 50.

Estou fazendo essa ênfase nos aspectos rurais das pesquisas que eu participei sobre operários industriais, pois acho que tais aspectos podem interessar mais particularmente ao público desta revista eletrônica. Eu fiquei numa área temática de pesquisa assim entre o campo e a indústria, o que condicionou o tipo de minha produção posterior. Tem a desvantagem de estar talvez em um vácuo disciplinar entre as sociedades camponesas ou a área rural, que tem os seus especialistas, que tem suas corporações intelectuais, por um lado, e, por outro, a área industrial que também puxa para o outro lado, com suas tradições e instituições. No caso dos estudos sobre trabalho, a maior parte das pesquisas se concentra nos operários industriais do centro-sul, naquilo

que está ocorrendo em São Paulo, que por outro lado é onde está o núcleo universitário dominante. A USP e outras universidades e instituições paulistas se concentraram muito na realidade social de São Paulo, condicionando o próprio desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Por outro lado também estudar operários industriais é habitualmente um domínio mais da Sociologia, ou da História, eventualmente, mas não tanto da Antropologia, que se concentra em grupos não capitalistas e no máximo no campesinato, que em alguns países pode ser uma extensão dos grupos não ocidentais, das sociedades indígenas. Depois já tem uma extensão para o campesinato, a Antropologia já vai se despojando de suas origens impregnadas pelo ambiente colonialista, de ultramar, de estudo do outro, a disciplina vai seguindo em direção à própria sociedade a que pertencem os pesquisadores. A sociedade dos pesquisadores da Europa, dos Estados Unidos que passa a analisar os seus próprios grupos internos. Os Estados Unidos, assim como o Brasil, tinha seus próprios índios internos... Mas na Europa havia esse rastro colonial ultramarino de origem... E, enfim, tem essa extensão para o campesinato, pra sociedade rural.

E aqueles poucos como eu que estudavam trabalhadores industriais na Antropologia estavam nesse vácuo, mas também com uma vantagem, no sentido de ver justamente essa parte, o que há nessa posição social peculiar – o que a dominação social na indústria deve à dominação que se manifesta na área rural, ver a indústria em suas áreas regionais periféricas -- que acabava não sendo visto. No caso, os operários industriais do açúcar que são menos vistos. Porque de fato são minoritários nesse processo produtivo e estão mais escondidos, mais inacessíveis. Além disso, historicamente se manifestaram menos que os trabalhadores rurais ali da área canavieira. Tanto estes quanto um campesinato marginal à área canavieira, participaram de um movimento social de acesso à cidadania que eclodiu no final dos anos 50, início dos anos 60, levantando as bandeiras da questão camponesa, da reforma agrária, e compuseram a paisagem que levou ao desencadeamento do próprio golpe militar. Tanto é que aquela área ficou uma área tabu, e a gente foi lá fazer pesquisa numa situação em que aquela área era considerada muito perigosa, muito subversiva, então tudo era delicado. E os operários da usina não tiveram essa

manifestação, essa importância. Então foi interessante no sentido de fazer um trabalho em cima de um grupo escondido que ao mesmo tempo era industrial, paradoxalmente, da sociedade moderna, mas em uma situação rural. Paradoxalmente também os operários mais importantes eram aqueles da manutenção e não da fabricação, como se supõe em geral na literatura sociológica, que só vê o operário no processo principal de fabricação. Então era importante salientar esse lado mais artesanal. Na época nós não tínhamos lido o E. P. Thompson, cujo livro marcante sobre a classe operária inglesa é de 63, mas que a gente não conhecia aqui... E fomos ver que os resultados que estavam no livro do Thompson confluíam com a análise que a gente estava fazendo sem conhecê-lo. Só lá em 75, 76, quando já estava no projeto “Emprego”, encontrei o livro (“The Making of the English Working-Class”) numa feira de livro em que havia muitos títulos da Penguin Books... Na época da ditadura, as editoras nacionais estavam todas sob censura, mas de vez em quando vinham uns livros estrangeiros, apareciam em língua espanhola, em francês como em inglês. E eu comprei esse livro do Thompson, interessava e eu comecei a ler e ver que tinha aspectos interessantes relativamente às pesquisas que estávamos fazendo. A presença do artesanato que depois influencia no período posterior, mesmo quando destruído; que não é tanto o operário fabril, que está submetido a novas condições na revolução industrial, que é o motor do movimento social, mas os artesãos destituídos. Ele pode ser o motor da parte econômica, mas não agente de transformações nesse período. E isso fazia pensar no que estávamos vendo, por analogia.

Por outro lado, “O Vapor do Diabo” pôde ser uma monografia em cima de um grupo não evidente, que ao mesmo tempo traz os problemas comuns ao operariado, do tipo de exploração numa situação, inclusive, em que não há mobilização política. Não é como estudar o operariado lá do ABC no momento em que há um movimento sindical pujante. Você está estudando um grupo que é até mais conformista, que é mais conformista que os trabalhadores rurais, mas que você vê ali em ação, em uma situação de exploração, ao mesmo tempo também eles têm uma visão crítica do processo. Eles também não estão ali sem uma visão do que está acontecendo com eles, eles mesmos constroem aquelas relações. E a partir daquelas concepções, a gente pode construir aquelas relações sociais que estão em vigor ali.

“O Vapor do Diabo”, que foi a minha dissertação de mestrado teve uma certa repercussão quando foi publicado. Quando ele saiu, no finalzinho de 1976, nós estávamos no meio da vigência do “projeto Emprego”. Sua publicação foi facilitada pela repercussão favorável de uma apresentação que fiz no CEBRAP, em São Paulo, em 1975, acompanhado de vários colegas do PPGAS-Museu. O CEBRAP, naquela época, era aquela instituição de referência para onde os professores cassados da USP tinham ido, então era um centro de discussão interessante. Politicamente e intelectualmente. Então foram organizadas apresentações de trabalhos a serem alternativamente discutidos no Cebrap e no PPGAS-Museu. Primeiro, foi a tese do Otávio Velho, “O Capitalismo Autoritário”, que foi discutido lá, Fernando Henrique Cardoso presidindo a mesa. Eu fui participar, junto com outros colegas do PPGAS. Por sinal depois a tese do Otávio saiu publicada na coleção “Corpo e Alma do Brasil”, dirigida pelo Fernando Henrique Cardoso na DIFEL, ele que era também o presidente do Cebrap na ocasião. Depois o Giannotti discutiu um texto sobre trabalho, “O ardil do trabalho”, cuja argumentação envolvia sociedades primitivas, e veio discutir conosco no Museu, acompanhado do Fernando Henrique e da Eunice Durham, recebidos por alguns de nós do Projeto Emprego e por Roberto da Matta, recém substituído por Otávio Velho na coordenação do PPGAS (Da Matta substituiu Roberto Cardoso na coordenação do PPGAS quando este último foi para a UnB). E a terceira discussão foi a minha tese, que tinha sido defendida há pouco tempo, naquele ano, 75, e fui lá discutir, junto com uma comitiva de colegas daqui. Aí deu um “pau” interno lá, foi interessante. Deu uma discussão que refletia já algumas divisões internas do CEBRAP. Alguns mais voltados para os estudos de trabalhadores (Paul Singer, Chico de Oliveira, Otávio Ianni) outros menos; ou uns mais filosóficos (Giannotti), outros mais do trabalho empírico, e foi interessante...Por causa dessa discussão do CEBRAP, acabou que o Juarez Brandão Lopes, que estava nesse dia presidindo o debate, Fernando Henrique estava viajando, o Juarez indicou a tese para uma coleção que tinha na Editora Paz e Terra, coleção “Estudos Brasileiros” da qual ele fazia parte. Ele indicou e acabou sendo publicado pela Paz e Terra, no final de 76. Na época tinha o jornal semanal Opinião que era do Fernando Gasparian, que também era o dono da Paz e Terra. Aí saíram anúncios do livro naquele

jornal, como de várias publicações da Paz e Terra, e o livro teve uma certa circulação. Eles fizeram um ano e meio depois uma outra edição, em 1978... saiu até com capa dura, da gráfica do Círculo do Livro, com uma tiragem maior. E depois ficou nisso mesmo, não teve outra edição, mas teve nessa época uma circulação interessante.

Voltando à pesquisa sobre os operários têxteis em Paulista, onde eu e Rosilene centramos nosso trabalho de campo: diante da experiência anterior naquela situação da usina, de dificuldade de entrar em campo, nós já procuramos contatos que nos facilitassem a entrada lá desde aqui no Rio mesmo. Na ocasião, nós tínhamos contato com a Pastoral Operária de Nova Iguaçu, na época em que o bispo era Adriano Hipólito. Uma das lideranças ligadas a essa pastoral operária era um metalúrgico chamado Joaquim Arnaldo, que era ativista sindical do sindicato dos metalúrgicos e tinha toda essa formação de igreja católica. Da JOC (Juventude Operária Católica), da Ação Católica Operária (ACO). E quando a gente foi fazer essa pesquisa em Pernambuco e em Paulista, ele nos indicou algumas pessoas que eram da ACO lá em Pernambuco. (Depois, em 1978, eu e a Rosilene acabamos assessorando uma pesquisa feita junto com os operários da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, pesquisa chamada “A condução do trabalhador”, quer dizer, sobre o transporte. A questão da reivindicação do transporte interno, nessas áreas suburbanas, junto com uma comissão lá da pastoral operária. E de 1978 até boa parte dos anos 80, integramos a assessoria a esta pastoral operária em Nova Iguaçu). Ao mesmo tempo tínhamos conhecido no Rio, onde ela estava de passagem, a Irmã Albertina, da ordem do Colégio Sion, que fazia um trabalho de educação popular junto à arquidiocese de Olinda e Recife, que também nos forneceu contatos. Essa freira tinha um vizinho no bairro do Jordão, que era um bairro na área vizinha ao aeroporto de Recife. Um vizinho muito amigo dela que também foi da ACO, e que estava entre aqueles indicados pelo Joaquim Arnaldo, que era originário de Paulista. Estava morando em outro bairro, mas era originário de Paulista. Aí o Luís Barros, que aparece como um dos personagens do filme Tecido Memória que fizemos mais recentemente, nos apresentou às pessoas lá em Paulista. A gente entrou por esse circuito dos “ex-jocistas”, esse pessoal todo que tinha pertencido à JOC. Na época era Dom Hélder o bispo, e tinha um trabalho forte da igreja em vários bairros e cidades da Grande Recife. Então a gente entrou num

circuito – diferentemente dos operários da usina de açúcar – a gente entrou numa rede já mais politizada, que tinha confiança em nós. Embora sempre fosse aquela situação meio esquisita... Algumas tinham medo, algumas pessoas até mais politizadas se recusaram inicialmente a gravar entrevista, depois é que a gente foi sendo aceito e essas pessoas colaboraram muito na entrevista. A própria Rosália, por exemplo, outra personagem do “Tecido Memória”, inicialmente ela não queria gravar... “Ah, que negócio é esse, e pra que serve essa pesquisa? etc.”... Depois ela até adotou a pesquisa, colaborando muito. E a gente entrou por essa rede. E o que foi bom foi que elas também indicavam vizinhos e outras pessoas dos seus conhecimentos que não eram dessa rede que tinha esse viés mais politizado. A pesquisa que deu origem a essa tese foi mais longa. Primeiro teve esse período de campo e de entrevistas que a gente fez... Inicialmente nós pensávamos em fazer nossas respectivas teses, eu e a Rosilene, mais sobre o presente... No meu caso, talvez um desdobramento parecido com “O vapor do diabo”. Seria uma pesquisa com os operários têxteis no presente descrevendo as suas condições de trabalho, de moradia, daquele momento. Mas esse grupo remetia muito para o passado, para um passado maior, em relação ao qual o tempo de agora (daquele momento, nos anos 70) era uma decadência. Então adaptamos nosso projeto inicial e passar a focalizar a construção desse grupo. A história do grupo. E aí em um certo momento a gente viu que aquilo que os trabalhadores falavam tinha conexões com a história nacional do momento. Por exemplo: coisas que já apareciam na usina, mas que ali eram mais fortes ainda, como a introdução das leis trabalhistas, as leis sociais. Que no caso da usina também eram presentes, mas ali acabava que tinham repercussão até nacional. Por exemplo, em Paulista houve uma longa greve em 1932 que foi um dos conflitos trabalhistas de repercussão nacional, teve uma repercussão direta no Ministério do Trabalho. Eles fizeram uma greve pela aplicação da lei de oito horas, e surgiu um problema de interpretação das horas extras, o salário hora, porque antes era considerada uma diária de 12 horas de trabalho. E quando se tem a jornada de oito horas, os patrões interpretam que o salário hora é referido àquela diária grande de 12 horas. E quando diminuem a jornada para 8 horas eles consideram o mesmo salário-hora anterior quando a jornada era de 12, eles diminuem o salário dos trabalhadores. E os trabalhadores: “Não o salário-hora tem

que aumentar, porque a referência é oito horas, e se tiver mais horas, tem de ser pago como hora extra”. Então ficou uma briga lógica, entre os trabalhadores que pensavam a hora como unidade do salário na base de uma jornada de 8 horas, e os patrões que pensavam a antiga diária de 12 horas como unidade, o novo salário-hora sendo fixado pelo antigo referido a 12 horas. E o Ministério do Trabalho teve que arbitrar, e arbitra a favor da interpretação dos trabalhadores. Mas aí os patrões fazem um *lock-out*, dizendo que estão em crise. Então tem toda uma briga, e o sindicato acaba sendo fechado, é uma coisa que se arrasta pelo ano de 1932. Aquilo vai saindo na imprensa daquela época, então deu pra ver que tinha muita coisa que se podia pegar de outras fontes. Não apenas os depoimentos dos operários que, no entanto, eram decisivos, porque eles viveram aquilo. Então eles dão a interpretação de muitas coisas, dão as pistas também para buscar a verificação em outras fontes. Por outro lado a gente teve acesso a outras dimensões, de ver a interferência do Estado, como é que aquilo teve uma repercussão mais ampla. Depois fomos atrás dos relatórios da Companhia de Tecidos Paulista (CTP) na imprensa, já que existe um relatório anual das companhias obrigatoriamente publicado em jornal. Muitos relatórios dos anos iniciais foram muito mais descritivos, falam da construção das casas, falam de uma série de coisas, e a gente foi somando essas informações e a maneira diferencial de apresentá-las. E poder trabalhar essa relação de métodos mais historiográficos com a história oral, com depoimentos dos trabalhadores que foram feitos numa situação de observação direta. E também vemos que continua, assim como no caso das usinas açucareiras, a importância da relação da agricultura com a indústria, da proletarização do campesinato; foi interessante também ver isso historicamente. Como essa indústria se montou em cima dessa incorporação do campesinato, que era uma força de trabalho mais barata em relação à que já tinha na cidade ou que já estava no mercado de trabalho têxtil, industrial, e como constitui toda uma outra força de trabalho industrial. Também aí a CTP é considerada uma escola porque formou muita gente, mas ao mesmo tempo em condições abaixo dos outros salários. Mas utilizando-se desses recursos não monetários, permitidos por uma implantação autárquica que utiliza recursos naturais, recursos do campo também. A possibilidade dos trabalhadores terem acesso ao uso de um pedaço de terra, fazerem roçados. Os

trabalhadores rurais que vêm do campo para abastecer a feira da cidade que então fornece bens alimentares a um preço bem mais barato, e o salário pode ser inferior, que o custo de vida não vai ser tão ruim. Coisas assim que os próprios industriais do sul percebem de uma certa maneira e chamam aquilo de uma prática feudal, que eles, os industriais emergentes do Norte, derogam a legislação trabalhista e, ao mesmo tempo, têm práticas ditas feudais. Então essas coisas que apareceram para nós quando examinamos os arquivos do antigo Centro Industrial do Rio de Janeiro, do tempo em que o Rio era a capital federal, seguindo as pistas do brasilianista Stanley Stein, são interessantes. E mesmo nos anos 70 e 80 a gente via a prática de operários ainda com um pedaço de terra, mostrando para nós o seu roçado, e nos dando seus produtos como presentes. Embora isso fosse diminuindo nas novas gerações daqueles anos, ainda tinha um pessoal mais antigo que fazia isso. Depois também a feira da cidade aumentando, a feira que abastecia os operários e era controlada pela fábrica, isto é, os preços eram controlados. Depois isso se libera. A tese de doutorado é uma experiência grande, você acumula muito material. E fica um tempo digerindo esse material. Em 1997 saiu o livro *A Sedução da Cidade; os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren* de Rosilene Alvim, baseada em sua tese de 1985 e em 1988 saiu o meu *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*.

*IDeAS: Quanto tempo foi de campo no doutorado?*

Nós fomos lá duas vezes por conta do Projeto Emprego que tinha mais financiamento; ficamos mais de três meses em 76 e mais três meses em 77. Ainda antes de nos inscrevermos no doutorado, que começou no PPGAS no segundo semestre de 1977. Depois nós fomos seguidamente por períodos mais curtos até 1983. Em 83, trabalhamos mais na parte dos arquivos... no Arquivo Público de Pernambuco, nas fontes secundárias. E fazendo visita, estando sempre em contato com as pessoas no campo. E, enfim, a gente manteve contato com eles ao longo do tempo até a gente voltar recentemente e fazer um filme, esse documentário “Tecido Memória”, que saiu no fim de 2008, que foi sobre esse grupo na situação de hoje, em que a fábrica já fechou, e a cidade

aumentou muito. Já é essa coisa de recuperação da memória desse período, de toda aquela geração, e a gente pôde retomar a pesquisa anterior e até filmar também outras fábricas, expandir um pouco, ter acesso ao lado patronal, o que a gente teve menos no passado. Mas aí eu já estou dando um salto para agora. [Riso] Foi bom pra nós a recuperação desse período anterior de pesquisa de mais intensidade e dar-lhe uma outra forma de expressão, desta vez visual.

Depois de defender a tese em 1986, fui incumbido de coordenar o PPGAS, que é um período de “cambão” [*trabalho gratuito extraído dos moradores de engenho do passado*] que nós nos impomos a nós mesmos, rotativamente... [Riso] Aí em seguida eu fui para o pós-doutorado e fiquei dois anos na França. Um ano, que depois foi renovado por mais um ano. A Rosilene também foi fazer seu pós-doutorado e fomos com os filhos da gente, a família toda. Os filhos tinham idade escolar... 8, 12 e 14 anos... Depois de um ano mal tinha adaptado todo mundo, pedimos mais um ano de bolsa à CAPES, que foi concedido, aí a gente ficou lá dois anos. Vinculados ao Centro de Sociologia da Educação e da Cultura, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, centro este que era o grupo do Pierre Bourdieu. A gente tinha uma relação com este centro desde 1976, iniciou-se aí um intercambio mais sistemático. Porque o Moacir Palmeira, quando fez o doutorado na França, entre 1966 e 1969, assistiu cursos com o Bourdieu. E teve uma relação que começou nessa época e foi se refazendo. E a gente ficou lá entre setembro de 1988 e junho de 1990. O Afrânio Garcia já tinha ido fazer um pós-doutorado lá, com a Marie-France Garcia, em 1983. E depois de nós, também a Lygia Sigaud foi, outras pessoas foram ao longo do tempo. Teve um convênio do PPGAS-Museu com aquele centro, que acabou sendo estendido à École Normale (com seu Departamento de Ciências Sociais), e também com o IFCS da UFRJ.

Ficamos lá dois anos, e a gente ficou tentando publicar o material que tinha produzido nas teses de doutorado recentes (a Rosilene tinha defendido a dela em 1985 e eu em 1986). E que não era fácil lá, que eles trabalham com uma revista que é “*Actes de la Recherche*”, que é uma revista desse grupo, e que o Bourdieu coordena e tem a última palavra. E a revista é sempre temática, dependendo dos interesses dele que vão mudando ao longo do tempo. E a gente finalmente conseguiu encaixar

uma coisa, no número da revista sobre gênero... o título de dois números era masculino/feminino (os números 83 e 84; o nosso artigo saiu no n. 84, setembro de 1990). Conseguimos encaixar neste número, nesta temática, tendo como carro-chefe a perspectiva da pesquisa da Rosilene, que era sobre família. Fizemos um artigo, Rosilene e eu, “Famílias operárias, famílias de operárias”, mostrando a importância das mulheres na pesquisa que havíamos feito sobre as vilas operárias têxteis. E a gente conseguiu incluir esse artigo em 1990. (Este artigo saiu depois no mesmo ano em sua versão brasileira na RBCS da ANPOCS, n. 14, out. 1990).

Mas antes disso, houve um número sobre esporte (que também como aqueles sobre o tema de gênero, se desdobraram em dois números seguidos) no qual o Bourdieu estava especialmente empenhado. Logo em dezembro de 1988 a Monique de Saint Martin veio nos sondar sobre a indicação de alguém que pudesse fazer um artigo sobre o futebol brasileiro para aquele número em preparação. A Rosilene até achava que eu tinha um artigo, e indicou meu nome; mas na verdade eu não tinha. Eu tinha falado tanto para ela sobre uma interpretação dos acontecimentos quando da morte de Garrincha, em 1983, que ela pensava que eu tinha um manuscrito sobre o assunto. Nesta ocasião eu estava absorvido com a organização do material da tese de doutorado, cheio de vila operária na cabeça, quando vem a notícia da morte de Garrincha. Ele morreu na vila operária da fábrica de Bangu, no Rio de Janeiro, tendo nascido em Pau Grande, no município de Magé, no interior do estado do Rio de Janeiro, que pertencia a outra empresa têxtil. Então ele tinha tido essa vivência de fábrica têxtil em um contexto rural, como no caso de Pau Grande, vivência que não estava sendo compreendida nas interpretações da imprensa no momento em que ele morre. Garrincha ora é considerado um camponês, ora é um ingênuo, um ingênuo egresso das classes populares. E ficava essa interpretação imprecisa sobre sua trajetória. Mas como eu estava com o material da tese na cabeça, eu sabia que o Garrincha é um cara que pertence ao mesmo mundo dos operários que nós estávamos estudando. Com uma prática rural também, que tem essa lógica do uso dos recursos acessórios, do roçado, do gosto pelos animais, pelos passarinhos, que gosta disso e daquilo outro, e que isso condiciona o estilo dele de jogo. Aí eu apresentei um projeto sobre isso, foi aprovado, e depois o artigo, com

um francês perfeito graças à colaboração com Sylvain Maresca, e saiu logo no primeiro número daqueles dois sobre esporte (n. 79 de *Actes de la Recherche*, set. 1989; depois saiu uma versão brasileira na RBCS n. 20 em 1992).

Foi uma maneira de fazer valorizar nosso trabalho de pesquisa recente, introduzindo-o pelos temas que estavam sendo escolhidos para os números da revista (no caso, esporte e depois, gênero, masculino/feminino). Já temas como os do trabalho, trabalhadores, proletarização do campesinato, não estavam aparecendo nesse momento. E aí eu entrei pelo lado do futebol, pela porta dos fundos da fábrica. Através do futebol pude apresentar algo do material da pesquisa que eu tinha feito que sobre fábrica, proletarização, essa coisa toda. No momento, aqueles temas não estavam sendo selecionados para os números da revista, então estava difícil publicar. A moda do trabalho, da classe operária tinha passado, foi nos anos 70. Até a tese “O Vapor do Diabo”, por causa das relações que Moacir Palmeira tinha com o grupo do Bourdieu..., o Bourdieu leu em 1976. Ele leu em português, fez comentários, e me convidou para publicar um artigo em um número que estava sendo preparado sobre trabalho. Mas eu estava em pleno campo de Paulista, em Pernambuco, eu disse “Não, se o senhor quiser publicar, publica um capítulo”. Mas não era o caso. Depois que eu fui perceber que lá as pessoas ficam trabalhando em cima do artigo muito tempo. E foi o caso quando a gente foi pra lá no pós-doc. Já tinha passado também esse interesse na classe operária e em temas ligados ao trabalho, nos anos 80. Tinha passado o auge que foi nos anos 70 e o próprio grupo do Bourdieu estava mais voltado - o Bourdieu na época estava fazendo a “Nobreza de Estado” - estava mais voltado para a educação e sua relação com as elites. E depois é que nos anos 90, com o livro “Miséria do Mundo”, é que os estudos feitos sobre trabalhadores e imigrantes que vinham sendo feitos por Sayad, Pialoux e outros, passaram a ter evidência de novo (comentei sobre isso nas orelhas que fiz da edição brasileira do *Meditações Pascalianas*, do Bourdieu).

Então conseguimos publicar nosso material de pesquisa no exterior assim. E no futebol ainda prossegui com alguns artigos, em geral feitos por encomendas internacionais. Porque acaba que o futebol brasileiro tem interesse, e é esse outro problema das relações assimétricas entre

campos intelectuais. Você vai para o exterior e tenta publicar, você tem que se adequar aos interesses desses campos. E como é que o Brasil aparece aí, ou como é que os interesses se colocam?

*IDeAS: Isso foi nos anos 80?*

Isso foi no final dos anos 80. Em 88... Em 89 que saiu essa revista. O Bourdieu, como disse, estava investindo nesses dois números que saíram sobre esporte, que não era (ou era muito pouco) tematizado nas Ciências Sociais. Então ele estava querendo jogar esse tema, porque ele achava importante. Ele tinha uma simpatia pelo lado do esporte, do rugby que ele praticou na juventude, enfim, tinha esse interesse. E nós no Brasil já tínhamos o livro coordenado pelo Da Matta, *Universo do Futebol*, que ressaltava outros trabalhos anteriores. Tinha tido a dissertação da Simoni Guedes, do Ricardo Benzaquem, tinha tido umas dissertações anteriores, que eram do meu conhecimento. Então eu utilizei um material que já existia, já tinha um acúmulo prévio... Matta, Simoni Guedes e outros, e ao mesmo tempo jogando para o material da nossa pesquisa, explicando que grupo operário era esse do qual o Garrincha fazia parte. Ao mesmo tempo, vendo o que tem isso a ver com o corpo dele, com o estilo de jogo. O fato de ele ser considerado cômico ao jogar e também de ele entrar depois em um declínio, em uma tragédia de vida. Tentando relacionar essas coisas. Entrei mais por aí, por essa relação entre o futebol e as classes populares, através da história do futebol. Em um outro número do “*Actes de la Recherche*” perto da Copa de 98, eles pediram também um outro artigo, que eu fiz em colaboração com J.P. Faguer. Depois eu entrei em uma rede de sociólogos e historiadores do futebol internacional através do Archetti, antropólogo argentino radicado na Noruega. Porque como esse artigo, “*La Disparition de la joie du peuple*”, entrou no “*Actes de La Recherche*”, ficou relativamente conhecido internacionalmente. Aí eu entrei nessa rede, o Archeti me indicou para uma coletânea organizada pelo Giulianotti, Richard Giulianotti, que é um sociólogo do futebol escocês, que organizou alguns livros nos Estados Unidos, na Inglaterra. E aí eu participei dessas reuniões internacionais. Então na Copa de 98, numa colaboração com o CRBC (*Centre de Recherches du Brésil Contemporain*,

da EHESS de Paris), então dirigido pelo Afrânio e pelo Ignacy Sachs, eu acabei indo e tentando fazer um trabalho de campo do que seria uma periferia de uma Copa do Mundo, entrando em alguns jogos, vendo os acontecimentos em torno dos estádios, ou na cidade e tal. E nessa situação de grande evento o trabalho de campo é difícil você fazer porque a observação direta acaba sendo monopólio dos jornalistas. Tem que ter um crachá para entrar nos lugares... É muito dominado pela mídia; a mídia cobre tudo. Eu fiz um artigo que acabou saindo no *Le Monde*, porque eles se interessaram lá através do historiador Roger Chartier, que indicou pro pessoal do *Le Monde*. Depois saiu numa versão mais detalhada na revista *Estudos Históricos* do CPDOC-FGV em um número sobre esporte (“Considerações em torno das transformações do profissionalismo no futebol a partir da observação da copa de 1998”, *Estudos Históricos*, n. 23, set. 1999). E é isso; acabei escrevendo sobre o tema do futebol assim, alimentado por uma demanda internacional. Alguns orientados fizeram trabalho sobre futebol. E eu acabei participando de muita banca de tese sobre futebol porque é uma área nova e pouca gente participa. E acabou que eu me inteirei das teses que foram sendo produzidas, das pessoas que faziam trabalhos mais profundos, etnográficos ou historiográficos.

Também nos anos 90, entrando pelos anos 2000, eu tive a oportunidade de coordenar uma pesquisa na área ambiental. A convite de um ex-professor do Programa (o PPGAS-Museu), que foi professor nos anos 70, Shelton (Sandy) Davis, ex-orientado do David Maybury-Lewis em Harvard. (Maybury-Lewis foi um dos fundadores do Programa junto com o Roberto Cardoso, estudava os Xavantes aqui no Brasil...) E o Sandy Davis, que foi colega do Da Matta lá em Harvard, veio um tempo dar aula aqui no início dos anos 70 quando ele era recém-doutor. E eu fiz então um curso com ele. Ele escreveu uma tese sobre campesinato na Guatemala. E depois ele fez um livro aqui no Brasil sobre política indigenista, chamado *Vítimas do Milagre*, publicado pela Zahar. O Gilberto Velho foi orientado dele, no mestrado aqui do Programa, sua dissertação depois virou o livro *Utopia Urbana*. E o Shelton Davis era um professor interessante, muito ativo politicamente. Ele mesmo criou uma ONG nos Estados Unidos em defesa dos índios americanos. Ele fez direito, tinha uma formação jurídica, fazia essa ligação com direitos indígenas. Foi também o organizador da coletânea *Antropologia do*

*Direito*, pela Zahar. E depois fez uma pesquisa sobre o acidente nuclear de Three Miles Island, no leste dos Estados Unidos. Por conta disso, ele acabou sendo recrutado pelo Banco Mundial nos anos 90, eu acho, ou no final dos anos 80. O Banco Mundial começou a se arejar um pouco por esse lado ambiental, queria recrutar nessa área. Então ele trabalhou lá na divisão de meio ambiente, e também ficou na divisão da América Latina. Teve uma importância aqui no apoio a pesquisas sobre barragens, atingidos de barragens, e também na parte indígena. E ele me ofereceu participar de uma pesquisa sobre poluição industrial, já sabendo que eu mexia com a área industrial. A gente tendo dialogado bastante, nessa época que ele tinha feito essa pesquisa sobre usina nuclear quando do acidente de Three Miles Island, e então ele me chamou para uma pesquisa sobre poluição industrial no Brasil. E que entraria lá numa espécie de edital. A gente conseguiu a pesquisa, ele mesmo formatou o projeto como deveria ser, e se interessou por essa pesquisa, ele participou inclusive do levantamento de áreas diretamente no campo com a equipe que foi formada. O projeto era sobre os conflitos sociais com relação à indústria e à população em torno, por esse prisma da poluição industrial e do meio ambiente. Era um momento em que havia um refluxo internacional e nacional nos conflitos na área do trabalho e que coincidiu no caso do Brasil nos anos 90, com o período FHC. Houve um declínio das reivindicações salariais, enfim toda essa coisa que já vinha ocorrendo desde os anos 80, na Europa, do real ou suposto declínio do proletariado, declínio dos conflitos sociais. Mas aparece com mais evidencia esse lado dos conflitos ambientais. Então a gente montou uma pesquisa recrutando algumas pessoas... Eu recrutei algumas pessoas que tinham experiência na área, eu mesmo não tinha... Quer dizer, tinha experiência com trabalhadores, com operários, com indústrias, mas não tinha com relação a essa temática do meio ambiente. A Rosane Prado, professora da UERJ, tinha se formado aqui com o Da Matta, e também teve uma bolsa sanduíche nos Estados Unidos, trabalhou em Angra dos Reis durante uma época, com a problemática nuclear em Angra dos Reis, nos anos 80. A Diana Antonaz, hoje professora da UFPA, que foi orientada minha e que tinha pesquisado, no mestrado, trabalhadores e engenheiros numa fábrica de alumínio no Pará, e, no doutorado, o fenômeno da epidemia de lesões por esforços repetitivos (LER) entre as telefonistas do Rio... Ela tinha uma

experiência de engenheira, com saúde do trabalho. Ela foi do DIESAT, quer dizer, o DIEESE da saúde do trabalhador. Então tinha uma grande experiência nessa parte de saúde do trabalhador e conhecia também algumas situações, como o próprio caso de Angra e o caso de Volta Redonda, onde era forte a questão da poluição da Companhia Siderúrgica Nacional. E ainda a Gláucia Silva, professora da UFF, que tinha feito mestrado no PPGAS e depois uma tese de doutorado na USP, de cuja banca eu havia participado, sobre a usina nuclear de Angra, sobre a situação do trabalho. Então a gente começou uma pesquisa por aí, fizemos um trabalho em três situações no Estado do Rio, Itaguaí, que tinha tido repercussão do porto, e da poluição de uma fábrica de zinco sobre os pescadores em Sepetiba; tinha essa situação da CSN, em Volta Redonda (Silvia Borges fez pesquisa nessas duas situações, depois defendeu tese de doutorado sobre as transformações da política ambiental da CSN na UERJ orientada por Rosane Prado). Em Volta Redonda houve a privatização da siderúrgica e começou uma luta pela aplicação do edital de privatização, que previa uma compensação ambiental para a cidade por causa da poluição histórica da indústria, então nós acompanhamos isso. E finalmente também Angra dos Reis, essa reação à usina nuclear e outras fontes de poluição na área, em um terminal da Petrobrás e no estaleiro da Verolme... Acompanhamos também as políticas públicas nesta área para os municípios e no âmbito estadual, e fizemos uma comparação com Minas Gerais, que tinha uma política ambiental mais precoce. Com um Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente formado desde o final dos anos 70 (Myriam Mousinho que havia feito seu mestrado no PPGAS e trabalhava em consultoria ambiental participou da pesquisa em Minas). A gente também estendeu para a Argentina depois, que o Banco Mundial queria uma comparação Brasil – Argentina; a gente também fez um estudo de caso lá do qual se encarregou a Beatriz Heredia, professora do IFCS-UFRJ e um antropólogo de lá, o Ricardo Rosendo. Eles estudaram um caso da petroquímica, e sua repercussão sobre um bairro na área metropolitana de La Plata. E a nossa equipe também se juntou como equipe de um subprojeto do projeto “Antropologia da Política”, que estava se desenvolvendo aqui no Museu, trabalhando esse lado da relação da política com as políticas públicas de meio ambiente, e políticas de participação e técnicas de gestão participativa. Em 2004

saiu um livro de nossa equipe na coleção Antropologia da Política, *A Ambientalização dos Conflitos Sociais*. O livro acabou proporcionando uma discussão e uma colaboração com pessoas de outros domínios e áreas, por exemplo, na Amazônia, com Alfredo Wagner e seu grande projeto de cartografia social, assim como também no Rio Grande do Sul, com Cornélia Eckert e Ana Luíza Carvalho nos seus importantes estudos de antropologia urbana e antropologia visual na diversidade de bairros de Porto Alegre. Então esse processo, que tivemos a oportunidade de ressaltar em nosso livro, da ambientalização dos conflitos, acabou rendendo discussões com outros grupos que estavam estudando outras situações.

Depois, finalmente, teve essa volta ao campo lá de Pernambuco. Surgiu essa oportunidade, através das bolsas de pesquisador visitante do CNPq, onde se atua também como professor visitante, nós recebemos uma oferta lá de Pernambuco em 2002... Inicialmente foi para Rosilene, porque tinha um grupo de alunos da pós-graduação de lá trabalhando com temas sobre juventude, ela tinha sido convidada para uma banca por Parry Scott, e em seguida foi convidada pela coordenação da pós de Antropologia da UFPE como visitante. E a Salete Cavalcanti que como o Scott participava ao mesmo tempo da pós de Antropologia e da de Sociologia acabou articulando um convite para eu ficar na Sociologia, e assim a gente se encaixou ao mesmo tempo em dois departamentos diferentes como pesquisadores e professores visitantes. Foi um período muito interessante e agradável, entre março de 2003 e março de 2006, o de ter podido ter uma prática universitária cotidiana com colegas e alunos, na área mesmo em que fizemos pesquisas desde os anos 70; então como pesquisadores de fora, de outro centro universitário. Pudemos ter assim uma visão mais abrangente em relação às nossas vindas anteriores que eram então exclusivamente para pesquisa.

Em consequência desta estadia houve a possibilidade de voltar à proximidade com os nossos antigos pesquisados, com quem a gente continuou mantendo relações à distancia durante todos esses anos. E eles estavam numa situação dramática de vontade de falar sobre a sua história que estava se perdendo, que a nova população local não tinha conhecimento, e tinham assim uma forte demanda de memória que tendia para a forma de um produto audiovisual. Eles estavam com uma

diretoria sindical dos trabalhadores têxteis que era diferente daquela que conhecemos nos anos 70 e 80. Na época, por força da repressão da ditadura, a diretoria sindical de então passou de uma atitude ativa (entre 1967 e o início dos anos 70) para uma mais conformista. E agora, dos anos 90 para cá, havia um novo dinamismo, os diretores sindicais estavam querendo realmente ativar essa parte da memória operária local. Pois a base do sindicato tinha se tornado nos últimos anos majoritariamente de aposentados, a parte dos operários em atividade estava caindo, e eles estavam querendo produzir a memória do grupo. Os sindicalistas tinham tido a experiência com uma reportagem da TV Universitária local que acabou não indo ao ar. E eles ficaram muito frustrados, porque tinham entrevistado na ocasião pessoas que agora já tinham morrido, se empenharam na época, e o material depois não foi entregue a eles. Boa parte se perdeu e ficou essa frustração direcionada para essa área audiovisual. E a gente resolveu tentar investir nisso, sem ter experiência prévia nenhuma. Tentamos, inicialmente, com um amigo que a gente tinha lá, Eduardo Homem, desde o Colégio de Aplicação no Rio, e que tinha uma experiência com uma ONG que havia criado sediada em Olinda, a TV Viva, desde o final dos anos 70, e que fazia filmes e reportagens nos bairros populares e exibiam na televisão em praça pública, numa Kombi que levavam pros lugares. Progressivamente isso foi sendo feito, e agora com o acesso às tecnologias, não tem mais sentido. Na época as pessoas não tinham tanto televisão em casa. Tinha a TV do vizinho e do bairro. Mas agora eles produzem os DVD's e mandam, MP3 e 4 com programas e coisas assim. Então a gente chamou esse colega, mas ele estava tendo muitas tarefas pra fazer, estava assoberbado. Ele só filmou uma primeira atividade que nós fizemos um seminário com antigas lideranças num evento organizado no salão do sindicato. Fizemos isso no molde da experiência do projeto de Memória Camponesa, que estava sendo desenvolvido aqui no Museu, paralelamente à nossa estadia em Pernambuco, com o Moacir Palmeira, junto com colegas do CPDA e da Universidade Rural, com a Leonilde Medeiros, com a Elisa Guaraná. Seminários reunindo antigas lideranças camponesas, e testemunhas dos anos 60 e 70, em diversos estados da federação. Nós participamos de uma parte dessa série de seminários no início de 2005, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, nesse formato de seminário de você chamar

as lideranças antigas, colocá-las em uma mesa para testemunharem, e outras na platéia também. E filmar tudo isso. Assim procedemos também em Paulista com relação aos antigos operários tecelões, e filmamos num evento organizado no sindicato dos tecelões no primeiro de maio de 2005.

Para a parte de entrevistas individuais com os personagens do filme, além da filmagem de paisagens dos bairros, chamamos outro amigo nosso, o documentarista e fotógrafo Celso Brandão, que nos ajudou a dar uma forma profissional ao filme, a dirigir e a fotografar o filme. Em 1986 tivemos a ocasião de colaborar na pesquisa e no texto do filme “Memória da Vida e do Trabalho” que ele havia feito sobre as vilas operárias de fabricas têxteis em Alagoas. Numa ida a um seminário de Antropologia Visual em Maceió, Rosilene renovou o contato com ele, e em fevereiro de 2006, ele veio voluntariamente, ficou hospedado em nossa casa em Recife, e fizemos a maior parte das filmagens. Depois completamos mais algumas filmagens esparsas em 2007 e em 2008; já tínhamos então voltado ao Rio. Foi interessante essa experiência para ver, sob outra forma, um grupo que já tínhamos estudado, com o qual agora tínhamos uma relação de amizade: voltar a fazer uma pesquisa mais intensiva com eles era complicado; porque eles já sabiam que a gente os conhecia muito. E com essa entrada cinematográfica, com a máquina para fazer o filme, foi diferente. Também fizemos pesquisa de imagem, na qual a Maya Valeriano [*uma das participantes da presente entrevista*] trabalhou. Tivemos que arranjar imagens para aquelas entrevistas, arranjar fotografias locais, ver que tipo de fotografias tinha, fotografias sobre futebol, sobre cerimônias públicas na rua. E também filmes feitos em outras áreas, mas que pudessem ilustrar aquelas situações também. Também foi interessante no processo de filmagem, ter acesso ao lado patronal, coisa que não tínhamos conseguido antes. Ou que era mais difícil anteriormente, quando o conflito entre trabalhadores e patrões estava operando. E que agora diminuiu com o fechamento da fábrica desde os anos 90. Na época dos anos 70, nós optamos pela entrada em campo pelo lado dos trabalhadores, bem independente do lado patronal: não havia necessidade de autorização como no caso das usinas açucareiras; em Paulista, uma cidade que se emancipou da antiga vila operária, estavam todos ali no bairro, já em uma situação de maior liberdade. O poder da fábrica tinha diminuído

muito. Então naquela época a gente só conseguiu mesmo ir no escritório da fábrica, após contatos prévios com o patronato e pedir umas fichas de pessoal, muito pouca coisa. Conseguimos entrar na fábrica pelo pedido de um operário, que fez questão que a gente fosse, a gente pediu, entrou. E sempre foi muito difícil. Dessa vez, pela permanência que a gente teve como professor lá, pelos contatos com alunos, nós acabamos conseguindo contato com uma parte da família patronal, com algumas das filhas dos antigos proprietários.

Mas enfim, o tipo de contato não era da mesma profundidade que a gente tinha com os operários, desde longa data. Então chegamos a filmar essas pessoas, mas não aproveitamos na edição do filme, o que seria uma outra situação, um outro subproduto. E também tivemos acesso na cidade de Paulista, nesse contexto de cristalizar a memória do trabalho local, a alguns personagens que eram ligados aos patrões, como é o caso de um mordomo da casa grande, um gerente da casa grande, Luiz Benedito, seu Bené... foi um personagem que acabou tendo importância no filme, muito falante, um verdadeiro ator, com uma presença grande. E também foi bom ter o ponto de vista dos operários e um ponto de vista patronal através de seus trabalhadores domésticos; o que há de comum, o que há de diferente... Então a necessidade de você documentar dessa forma, também com imagens e com uma visão múltipla, de vários pontos de vista, foi interessante na hora de fazer o documentário. Inclusive com a própria participação deles, a própria participação do sindicato; os operários que eram nossos entrevistados de longa data, também queriam essa visão maior. E os conflitos, como estão mais no passado, pessoas que antes estavam em posições contrárias agora são colegas de memória, embora também haja como sabemos, disputas pela memória. Mas de qualquer forma estão referidos a esse passado. E inclusive com algumas lutas comuns, como é esta reivindicação dos últimos anos de patrimonializar a Casa Grande, que afinal eles conseguiram, junto com novas gerações de netos de operários que estão na universidade, ou que são professores locais. Houve um movimento pelo tombamento da Casa Grande e seus jardins, já que a CTP pretendia vender este conjunto arquitetônico para que ali fosse instalada uma filial das Lojas Americanas, pra fazer um centro cultural ali. (Recentemente isso foi conseguido; o Conselho estadual de patrimônio tendo efetuado o tombamento).

Outro aspecto interessante dessa experiência de produção do filme foi o fato de termos acompanhado de perto o trabalho de montagem efetuado por Maya Da-Rin e Silvia Boschi. Acabamos fazendo um diálogo entre o conhecimento do material etnográfico e histórico que Rosilene e eu detínhamos, com a perícia profissional no encadeamento das falas e das imagens no ritmo próprio da montagem, e isso com a colaboração estética do Celso Brandão. Cada qual puxava por suas inclinações profissionais de início, mas o resultado no final foi um entrosamento de equipe muito bom.

Enfim, terminamos o filme no finalzinho de 2008, mas a atividade em torno dele ainda está rendendo. Nós fomos exibi-lo no CPDA, assim como em várias universidades pelo país todo, e também com eles próprios trabalhadores, na cidade de Paulista e em Recife, ou ainda na vila operária da fábrica Carmem em Maceió. Assim como em centros de pesquisa no exterior, na Argentina, em Portugal, então isso está rendendo; ganhamos também o prêmio audiovisual da ABA de documentário de 2010.

*IDeAS: Gostaríamos que você falasse um pouco sobre a questão do refluxo dos estudos sobre o trabalho, dos anos 90 pra cá. E também sobre as novas formas de gestão do trabalho... Porque podem ser identificados momentos diferentes; a década de 70 foi um momento de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais. E como hoje se dá a percepção em torno desses direitos, a implementação desses direitos, as novas formas de gestão da força de trabalho, a questão do gerente, do fiscal... Você poderia falar um pouco sobre isso?*

É, nos anos 70, quando eu fiz a dissertação, havia esse lado proibido do campesinato, e até a disciplina de sociedades camponesas tornou-se malandramente “sociedades camponesas”... E isso para se ter acesso a uma disciplina que vinha dos próprios Estados Unidos, na época tinha um desses manuais, *Peasant Societies, a reader*... Não era manual, mas uma coletânea de artigos, pra efeitos de ensino mesmo, pós-graduação. Na área de antropologia chamava-se “*peasant studies*”; estudos camponeses. Quando eu fiz esse curso com o Roberto Cardoso, já existia

essa coletânea, dos anos 60... Então há essa expansão do que era o “*peasant studies*”, que seria traduzido por estudos camponeses. A “*peasant society*”, que vinha da Antropologia Cultural americana, era vista como uma “*part-society*”, uma sociedade camponesa que não estaria isolada, como uma sociedade tribal... Ela estaria dominada por uma sociedade, pela cidade. A sociedade camponesa, sociedade parcial, está ao mesmo tempo à parte, mas subordinada à grande cidade, à grande tradição. O Redfield coloca essas coisas... Esses autores vão criando esse campo de estudos do campesinato e das sociedades camponesas. Tinha também a Antropologia Econômica, que na época estava surgindo como uma subdisciplina... E aí tem o Polanyi, que tem importância nessa época, o Karl Polanyi, que foi descoberto e se junta também com os estudos camponeses. Sua obra possibilita um quadro geral conceitual para discutir a economia de outra forma. Porque a economia neoclássica é muito limitada. Apesar de ter uma pretensão abstrata, está voltada pra pressupostos capitalistas muito arraigados e que não se dizem como tal. Ela é apresentada como uma coisa universal, abstrata, mas que não se aplica às sociedades pré-capitalistas e não-capitalistas. Então a crítica é toda por aí. Tanto pelo lado da Antropologia quanto da História... Então isso é uma coisa interessante, visto que abre um campo grande pra História Cultural, pra História ligada à Antropologia. E pra própria crítica da sociedade capitalista. Na época o que era proibido dava mais vontade de estudar... A própria possibilidade de a gente ter feito aquele projeto Emprego a que me referi antes, se devia ao fato que até dentro do próprio governo, tinha gente interessada numa perspectiva diferente.

Então os estudos sobre campesinato e operariado cresceram com um interesse mais geral, também internacional. O “*Actes de la Recherche*” estava interessado nos anos 70 nessa parte de mobilização operária, popular, ou da crítica à dominação sobre esses setores sociais. Depois há um refluxo com as transformações no mundo do trabalho, o declínio do modelo fordista, as transformações tecnológicas, a redução de contingente de trabalho fabril, manual. A formação de novos focos de trabalho como a grande concentração dos “*call centers*”, os serviços de conservação, de limpeza. Há essas transformações do trabalho, e as formas de trabalho manual ficam mais ocultas, e o trabalho considerado de escritório se proletariza. Enfim, entram outros assuntos, outras

modas... Ultimamente tem ressurgido a Antropologia Econômica com outra roupagem, uma antropologia da economia que ressurge de forma paralela a uma sociologia econômica que entra na moda, numa sociedade pós-muro de Berlim, dos anos 80, dos anos 90 pra 2000. Há essa grande globalização capitalista, e fica muito evidente o econômico invadindo muitas áreas. Então a sociologia econômica ganha força, e aí vai buscar mais coisas pelo lado do mercado, menos pelo lado do trabalho ou da produção, que era mais investigada anteriormente, e mais pelo lado do mercado, da moeda, da bolsa, do que pouco ou nunca foi estudado antes, do ponto de vista mais sociológico e antropológico. O trabalho fica menos evidente. Por outro lado pode ser interessante para nós, que estudamos o trabalho, sairmos da moda, porque também dá problema estudar o que está no auge, na “crista” do interesse. Porque há interesses midiáticos, interesses políticos... Às vezes é mais interessante estar estudando coisas que não estão no foco, numa visibilidade tão grande. Ou quando a coisa não está muito quente, está mais fria, em certo sentido. Agora fica também menos priorizado, ou as pessoas valorizam menos, ou acabam dizendo, “não, isso é um assunto velho”...

*IDeAS: Às vezes é difícil até fazer com que as pessoas discutam aquele assunto... Conseguir financiamento pra pesquisa...*

Está em baixa... Exatamente. Mas por outro lado há retornos e voltas espetaculares aos assuntos esquecidos. Por exemplo, no caso do livro do Pialoux e do Beaud chamado “O Retorno da Condição Operária”, na França, há um interesse grande aí voltado para as novas formas de dominação e para com novos movimentos, que eles surgem também. Os trabalhos do Abdelmalek Sayad sobre os imigrantes magrebinos na França. O próprio livro “Miséria do Mundo” do Bourdieu, com sua tiragem espetacular é sintoma disso. São reintroduzidos novos grupos de trabalhadores, situações de exploração e de dominação que são menos visíveis... Então também tem isso, esse campo que pode voltar a ter interesse. E esse desafio de ver as transformações do trabalho, e o que há de novidades voltando-se a fenômenos anteriores esquecidos. Coisas que estão desde o século XIX em “O Capital” de Marx, e que se recria de outra forma. Eu tenho acompanhado essa proletarização do

campesinato, da relação da agricultura com a indústria, é interessante pra gente que estuda trabalho. Porque dá uma multiplicidade de situações... O pessoal que estuda trabalho mais na sociologia industrial ou na economia, fica mais voltado para um tipo de situação. Justamente a observação do mundo rural ao longo do tempo, ou essa relação do rural e do industrial, pode abrir os olhos para fenômenos novos. Por exemplo, essa discussão de precarização do trabalho, terceirização como uma coisa nova, crescente e recente, a gente sabe que isso já foi utilizado anteriormente. No caso da usina que usa o trabalho fixo e o trabalho temporário, o trabalhador sazonal... No caso de Paulista tinha os trabalhadores fichados, com carteira assinada, e todos os trabalhadores que não eram fichados, que chamavam de “folha amarela”... como se fosse o “caixa dois”; pagar trabalhadores não registrados, que eram utilizados no desmatamento, no eucalipto, na lenha e coisas desse tipo. Na construção civil, na vigilância, na segurança... Então são situações que vão e voltam. Claro que atualmente tem esse ataque às formas de trabalho mais estáveis por referência aos direitos, diminuir custos por esse lado, diminuir conflitos, e tem o lado tecnológico também, de máquinas poupadoras de mão de obra. Você tem novas configurações, mas o interesse pelo estudo do trabalho continua. E isso é alegado hoje... “Ah, antigamente o trabalho era duro, o trabalho subordinava tudo, o econômico, etc.” Mas alguns estudiosos do trabalho daquela época eram críticos ao economicismo, viam como o simbólico, o cultural, estavam ali presentes, embutidos. Por outro lado também é importante que outros domínios sejam vistos, o mercado, a bolsa, o marketing, o simbólico, o religioso. Mas também os fenômenos do trabalho continuam. Ou por outro lado, também você vê em fenômenos menos próximos ao trabalho, as divisões sociais ou preconceitos de classe... Mesmo perdurando em uma sociedade supostamente sem classe ou supostamente sem trabalho, mas surgindo em outros domínios, que acabam reproduzindo as classes e os conflitos... Na educação, enfim, há outras arenas que passam a ter um lugar estratégico como antes tinha o trabalho; arenas que por sua vez não deixam de ter também relação com o trabalho.

*IDeAS: Talvez agora, você só pudesse enfatizar um pouco da relação do campo propriamente da Antropologia do Trabalho. Você falou como*

*surgiu a pós-graduação em Antropologia aqui no Rio de Janeiro, a tradição com a etnologia, e como a questão do trabalho se dá através da Antropologia Econômica. Mas como se deu essa construção propriamente do campo da Antropologia do Trabalho e a relação com a Sociologia do Trabalho? Porque está bastante relacionado... Os estudos e mesmo no CEBRAP, você estava dialogando mais com os Sociólogos do Trabalho. Como se dá, então, essa diferenciação entre esses campos? Também gostaríamos de saber como você vê o engajamento do trabalho intelectual. Em que medida isso é possível, é desejável?*

A Antropologia do Trabalho é um pouco uma etiqueta que a gente acaba fazendo... Mas realmente essa área do trabalho acabou sendo uma área clássica da Sociologia do Trabalho. Existe também Economia do Trabalho, História do Trabalho, pode existir isso, como existe até uma Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, mas a Antropologia ela é menos usada nesse recorte. Ela está mais relacionada inicialmente às sociedades tribais e progressivamente vai alargando seu campo. No Brasil, a Antropologia tomou um lugar maior do que em outros lugares, talvez pela conjuntura histórica. Aqui mesmo no Museu, a atração que exerceu a Antropologia sobre uma geração que talvez se encaminhasse para a Sociologia, que se encaminhasse para outras coisas como era a minha, aconteceu em grande parte porque a Antropologia que acabou se fazendo no Museu conseguiu sobreviver e inovar mesmo no ambiente repressivo dos anos 70. Não havia graduação no Museu e, portanto, não havia movimento estudantil, havia mais estagiários do que alunos. E surgiu em um contexto em que a Antropologia Social estava embutida nos quatro campos, ofuscada pela Arqueologia e pela Antropologia Física na visão do senso comum. Até as autoridades repressivas e censoras estavam menos preocupadas com isso e a Antropologia pôde florescer, enquanto que a Sociologia estava na “boca do leão”. Os professores no IFCS sendo cassados, na USP e em outros lugares. Então a Antropologia acabou assumindo um lugar mais expandido, ocupando temas tradicionalmente da Sociologia e tendo também uma nova visão crítica à Sociologia anterior, mesmo que aí se incluísse a sociologia progressista, ou a sociologia que foi punida pela ditadura. Trazendo uma nova abordagem, mais ligada à etnografia, à observação direta, com um

olhar crítico para os grandes esquemas macrosociais que não tivessem uma base em estudos intensivos numa escala menor. E isso acabou também influenciando a própria Sociologia de dentro. A Sociologia acabou utilizando a etnografia ou métodos qualitativos que se apóiam nessa tradição que a Antropologia fornecia. Como a história oral, que entrou pelo lado da História, e que tem que se apoiar em métodos qualitativos, entrevistas, observação direta... Então a Antropologia se estendeu mais como um método para todos os domínios, o estudo de um shopping center, da bolsa de valores, de um laboratório,... Eu mesmo tinha a intenção de pegar os trabalhadores, mas a abordagem antropológica foi me conduzindo pelo lado da *plantation*, a opção de estudar um grupo industrial escondido pela agricultura, a agroindústria... Depois também uma fábrica que tem uma autarquia e que tem particularidades, o lado antropológico acaba dando importância a certas coisas que, talvez em outras abordagens atraíssem menos atenção, o lazer, o simbólico, o religioso. Mas essa possibilidade existe. Agora realmente, internacionalmente, a antropologia do trabalho é minoritária. Na prática, tem alguns sociólogos que também são próximos, priorizam a etnografia, historiadores que são próximos. No fundo usam um trabalho entre a teoria e a empiria, de uma forma interligada. Não fazem um trabalho de grandes modelos, pra ilustrar com o empírico, já têm toda uma tradição incorporada pelo lado da Sociologia, da Antropologia. É uma maneira de trabalhar já incorporada, estar atento pras relações sociais, ver o que tem de simbólico, fazer a observação direta das interações. É uma atitude “a favor da etnografia”, para citar Mariza Peirano, de uma “teoria vivida”, ou ainda do “investimento da teoria nos dados” de que falava Moacir Palmeira. Mas enfim, eu acho que esse recorte da Antropologia do Trabalho é válido, como o da Antropologia da Economia, como da Antropologia da Política... É uma maneira de separar e juntar certas coisas em uma determinada perspectiva. E se alguns temas ligados ao trabalho saíram de moda há que recriar outros que foram menos vistos. Como a relação entre esporte e trabalho; os novos profissionalismos e as novas profissões; a relação do trabalho com o meio ambiente e a saúde; a relação do tema do trabalho e como ele foi e é elaborado no campo universitário em diferentes períodos. Foi o que eu tentei fazer com novos projetos que apareciam.

Um projeto antigo que apresentei também na França nas minhas idas por convênios bilaterais nos anos 90, depois de meu período de pós-doc, foi o de uma sociologia da sociologia do trabalho e dos trabalhadores no Brasil. Ou uma história social do início dos estudos universitários sobre o trabalho. Examinar como esses assuntos foram tratados entre os anos 50 e os anos 70, nas gerações anteriores à minha. Entrevistei vários destes sociólogos no início dos anos 90. Depois vieram aquelas demandas pelos trabalhos sobre futebol e em seguida a pesquisa sobre poluição industrial. Então a redação dos resultados destas entrevistas ainda está por ser feita. Em 1991 entrevistei José Albertino Rodrigues, primeiro diretor técnico do DIEESE em 1955, que eu conheci na França em 1968 quando eu fazia meus primeiros anos de graduação e ele fazia seu doutorado. Entrevistei Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Evaristo de Moraes Filho, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Heloísa Martins, Maria Laís Mousinho Guidi, recolhi informações sobre Azis Simão. Depois em 2004, Elina Pessanha e Regina Morel, do IFCS, me convidaram para apresentar esse projeto para um edital do CNPq, Memória do Saber. Elas vinham trabalhando muito sobre o enorme acervo do Evaristo de Moraes Filho. E apresentamos o projeto “Albertino, Azis, Evaristo, Juarez e Leôncio: Estudos Pioneiros sobre Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil”, ao qual se juntou José Ricardo Ramalho também do IFCS. O projeto foi aprovado mas o próprio programa não foi implementado pelo CNPq. Mesmo assim prosseguimos com o projeto que deverá se materializar em breve num livro.

Também no interior do núcleo de pesquisa do qual participo no PPGAS, o antigo Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), que se transformou em Núcleo de Antropologia da Política, da Religião e do Trabalho (NAnPoRT), junto com Moacir Palmeira, Renata Menezes e pós-doutorandos, temos tentado fazer as pontes entre essas três temáticas assim como pontes entre estudos sobre trabalhadores rurais e urbanos, incluindo-se também estudos sobre cultura das classes populares. Além dos projetos já mencionados sobre Memória Camponesa e Memória dos Tecelões, apresentamos recentemente um projeto sobre a organização e a conservação de acervos das pesquisas dos membros do Núcleo (NAnPoRT) desde o início do PPGAS em 1968, juntamente com o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) do IFCS-

UFRJ, dirigido por Elina Pessanha, um arquivo já consolidado, e o Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA da UFRRJ, dirigido por Leonilde Medeiros. Essa tentativa de trabalho conjunto visa aumentar as possibilidades de uso comparativo das pesquisas sobre trabalho rural e urbano-industrial, setores temáticos estes que quase sempre estão separados.

No grupo que a gente apresentou na ABA (Associação Brasileira de Antropologia, reunião em Belém, 2010) este ano, atraiu muita gente das áreas rurais; teve alguns estudos sobre operários fabris, mas teve muitos sobre a Amazônia, situações de estudo do campesinato ou de ribeirinhos, ou de evangélicos e sua ética do trabalho, ou de trabalhadores itinerantes de grandes obras. Acabou que juntou coisas diferentes cujo ponto comum talvez fosse essa relação com o trabalho. E aí que se pode juntar especialistas do campesinato com especialistas do operariado e trocaram coisas que às vezes fazem falta. Você tem por um lado a Sociologia do Trabalho, que concentra gente que acaba trabalhando mais sobre o mundo urbano industrial, a indústria, serviços. E a agricultura pelo outro lado, e as conexões não são feitas. Agora isso está mudando, porque tem a agroindústria, o capitalismo no campo, essa coisa toda. Acho que pode-se desenvolver isso e seria um recorte como outro que também deve se relativizar. Mas também junta interesses de pesquisadores, em certas coisas, ou de conflitos sociais com outros conteúdos, ou no trabalho, ou na religião ou no ensino. Mas que tem conexões também com o mundo econômico. E o lado do engajamento, do interesse político ou do interesse social mais amplo que possa ter o trabalho intelectual, ou o trabalho científico, no caso da minha geração era bastante forte realmente. Tinha esse interesse que veio desde o ginásio, a atração que a desigualdade social, a injustiça social ou os conflitos sociais da época tinham para a minha geração.

*IDeAS: Havia também a assessoria aos movimentos...*

A assessoria aos movimentos... Teve também um lado de engajamento político dos grandes movimentos estudantis... Eu estava na França em

maio de 1968 e estavam todos os estudantes voltados para essa coisa do sucesso, e de repente explode uma coisa dessas. Também tinha militantes, comitês contra a guerra no Vietnã. E aqui no Brasil estava se desenvolvendo isso mais contra a ditadura. Então isso marcou muito a minha geração nesse sentido, a repressão, a ditadura... É claro que esse pano de fundo levava a estudar... Você também precisa saber separar. Fazer investigação científica tem consequências, consequências de conhecimento que também são políticas por si mesmas. Então também não é necessário que você faça uma militância do mesmo nível que você faz como cidadão. Agora é claro que as escolhas por pesquisar tal ou tal coisa, ou de que maneira, claro que tem um lado político mais geral. Agora, em certos momentos, a atuação em assessoria foi consequência desse investimento, desse trabalho de pesquisa que já foi iluminado por um interesse nesses assuntos. Então você chega a resultados de um conhecimento determinado que você também tem necessidade de transmitir. Você estabelece relações com aqueles grupos estudados, faz associações, e você pode ter condições favoráveis de transmitir isso. Também como outros tipos de conhecimento permitem um tipo de assessoramento para o governo, para o Estado. Ou para instituições patronais. Então isso também foi feito e depende do momento. Esse campo das ONG's, certas instituições como o DIEESE, que foram criadas. Se faz uma ponte entre a produção científica e uma interlocução social mais direta. Também ao longo do tempo as gerações se atraem mais por isso ou menos. Como disse, eu e a Rosilene fizemos uma assessoria à pastoral operária de Nova Iguaçu entre 1978 e meados dos anos 80; paralelamente outros colegas fizeram assessorias à CONTAG, como Moacir Palmeira, ou na FETAG do Rio como Afrânio Garcia. E depois acho que a produção universitária ganha com esse tipo de experiência.

*IDeAS: Por fim, o que queríamos saber é que... Por exemplo, "O Vapor do Diabo" é um trabalho de mestrado. E é impressionante pela densidade, pela elaboração do trabalho. E hoje quase não existe mais essa possibilidade de fazer um trabalho de mestrado tão denso, em função do tempo mais reduzido e uma série de outras exigências do mundo*

*acadêmico que quase não permitem mais que se elabore um trabalho dessa ordem. Então gostaríamos que você falasse um pouco sobre isso.*

É, talvez “O Vapor do Diabo” tivesse também uma conjuntura mais favorável; já havia um conhecimento acumulado sobre essa região, ou que estava se acumulando nesses estudos anteriores. Houve uma discussão coletiva que foi feita, a gente discutiu também “O Capital”, em referência aos nossos interesses de pesquisa na época; além da literatura de antropologia econômica e de campesinato... Então isso favoreceu em um produto em que essas coisas teriam se concentrado. “O Vapor do Diabo”, ao contrário da “Tecelagem...”... Na “Tecelagem...”, eu acho que tinha material demais. De etnografia, de documentação histórica... Em “O Vapor do Diabo” havia um material razoável para fechar, e isso também foi bom. E a conjuntura, porque os estudos sobre trabalhadores estavam em baixa; não estavam sendo feitos. Houve essa ruptura de 64; alguns estudos da sociologia paulista haviam sido feitos nos anos 50, mas publicados depois de 64. Havia uma defasagem entre a situação retratada e a recepção posterior. No caso de “O Vapor do Diabo”, houve essa circunstância. Não era uma situação favorável a fazer estudos sobre o operariado, feito em uma situação determinada e pouco vista, ao mesmo tempo teve uma boa divulgação. Também foi em um momento que não tinha muita coisa sendo feita nessa perspectiva mais qualitativa. Uma coisa micro, ao mesmo tempo esmiuçada, do ponto de vista dos operários, que parte das representações e chega a descrever as condições materiais de existência, mas que parte daquelas representações. Mesmo que elas sejam parciais, elas podem ser confrontadas. Desde o Durkheim, Mauss, essa coisa das representações coletivas. E o próprio Levi-Strauss. Trabalhando também no sentido de mostrar os conflitos de classe, as classificações. E pôde ser concretizado ali. Mas tem muito de um trabalho de grupo que está embutido.

*IDeAS: Se quiser falar mais sobre alguma coisa...*

Considerações finais... *[riso]* É... Eu acho que é isso. Tem muita coisa para as gerações posteriores fazerem... Pra geração mesmo de vocês;

revistas eletrônicas e tudo isso... *[riso]*... Só que vocês vão deixar menos coisas para as seguintes... *[riso]*. Mas aí surgem novos problemas, novas circunstâncias.